

# #2

Diciembre  
2021

# Comida y comunidad

Sistemas  
Agroalimentares  
Alternativos e  
Segurança Alimentar:  
contribuições a partir  
dos movimentos  
sociais

## PRIMERA PARTE

### PARTICIPAN

Eduardo de Lima Caldas  
Yury Marcela Ocampo Buitrago  
Dulclair Sternadt  
Estevan Coca  
Angela dos Santos Machado  
Aline Albuquerque Jorge  
Bernardo Mançano Fernandes  
Daniel Morais Angelim  
Misael Socarrás Ipuana  
Alicia Dorado Gonzále  
Esteban Torres Muriel  
Susana Carmona Castill  
Claudia Puerta Silva  
Fatima Epiayú Pelaéz  
Marcela Epiayu Epiayu  
Estefanía Frías Epiayú  
Alonis Arregocés  
Yasser Santo Durante Lópe  
Iliá Gómez Archbold  
María José Rubiano  
Víctor Valencia Martínez

Grupo Especial  
FAO / CLACSO  
**Innovación en  
políticas públicas  
de seguridad  
alimentaria  
y nutricional**



Food and Agriculture Organization  
of the United Nations

Comida y comunidad: #2 / Eduardo de Lima Caldas ... [et al.]; coordinación general de Eduardo de Lima Caldas; Alberto Ramírez Fiora del Fabro; Yury Marcela Ocampo Buitrago.- 1a ed.- Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2021.

Libro digital, PDF - (Boletines de grupos de trabajo)

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-813-074-3

I. Seguridad Alimentaria. I. Caldas, Eduardo de Lima, coord. II. Ramírez Fiora del Fabro, Alberto, coord. III. Ocampo Buitrago, Yury Marcela, coord.

CDD 363.85



**CLACSO**

Consejo Latinoamericano  
de Ciencias Sociales

Conselho Latino-americano  
de Ciências Sociais

### Colección Boletines de Grupos de Trabajo

Director de la colección - Pablo Vommaro

### CLACSO Secretaría Ejecutiva

Karina Batthyány - Secretaria Ejecutiva

María Fernanda Pampín - Directora Adjunta de Publicaciones

### Equipo Editorial

Lucas Sablich - Coordinador Editorial

Solange Victory - Gestión Editorial

Nicolás Sticotti - Fondo Editorial

### Equipo

Natalia Gianatelli - Coordinadora

Cecilia Gofman, Giovanni Daza, Rodolfo Gómez, Teresa Arteaga  
y Tomás Bontempo.

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales | Queda hecho el depósito  
que establece la Ley 11723.

No se permite la reproducción total o parcial de este libro, ni su almacenamiento  
en un sistema informático, ni su transmisión en cualquier forma o por cualquier  
medio electrónico, mecánico, fotocopia u otros métodos, sin el permiso previo  
del editor.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los libros, artículos, estudios  
y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y  
su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría  
Ejecutiva de CLACSO.

CLACSO

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano  
de Ciências Sociais

Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875 | <clacso@clacsoinst.edu.ar> |

<www.clacso.org>



Este material/producción ha sido financiado por la Agencia  
Sueca de Cooperación Internacional para el Desarrollo, Asdi.

La responsabilidad del contenido recae enteramente sobre  
el creador. Asdi no comparte necesariamente las opiniones  
e interpretaciones expresadas.

### Coordinadores:

**Eduardo de Lima Caldas**

Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências  
e Humanidades  
Brasil

**Alberto Ramírez Fiora del Fabro**

Oficial de seguridad alimentaria y nutricional  
Oficina regional de la FAO para América Latina  
y el Caribe  
Chile

**Yury Marcela Ocampo Buitrago**

Escuela de Nutrición y Dietética, Seccional  
Oriente, Universidad de Antioquia  
Colombia

# Contenido

**5 Sistemas Agroalimentares Alternativos e Segurança Alimentar**

Eduardo de Lima Caldas  
Yury Marcela Ocampo Buitrago  
Dulclair Sternadt

**10 Reflexões para uma abordagem “alternativa” dos sistemas alimentares**

Estevan Coca

**23 Inseguridad alimentaria y donaciones solidarias del MST en la pandemia de Covid-19 en Brasil**

Angela dos Santos Machado  
Aline Albuquerque Jorge  
Bernardo Mançano Fernandes

**40 El Movimiento de Trabajadores Sin Techo, seguridad alimentaria y el derecho a la alimentación**

Daniel Morais Angelim  
Eduardo de Lima Caldas

**54 Relaciones de solidaridad y cooperación del pueblo indígena wayuu para afrontar las crisis alimentarias**

Misael Socarrás Ipuana  
Alicia Dorado González  
Esteban Torres Muriel  
Susana Carmona Castillo  
Claudia Puerta Silva  
Fatima Epieyú Pelaéz  
Marcela Epiayu Epiayu  
Estefanía Frías Epiayú  
Alonis Arregocés  
Yasser Santo Durante López  
Iliá Gómez Archbold  
María José Rubiano  
Víctor Valencia Martínez



# Sistemas Agroalimentares Alternativos e Segurança Alimentar

Eduardo de Lima Caldas\*  
Yury Marcela Ocampo Buitrago\*\*  
Dulclair Sternadt\*\*\*

Apresentação: Grupo Especial do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO-ONU)

O Grupo Especial do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a

\* Professor da Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Co-coordinador del Grupo Especial FAO / CLACSO Innovación en políticas públicas de seguridad alimentaria y nutricional.

\*\* Nutricionista dietista, Mg. en antropología. Docente e investigadora en la Universidad de Antioquía. Co-coordinadora del Grupo Especial FAO / CLACSO Innovación en políticas públicas de seguridad alimentaria y nutricional.

\*\*\* Ingeniera Agrónoma de la Universidad Federal de Paraná en Brasil, con maestría en Gestión y Políticas Públicas por la Universidad de Chile y especialista en Mercados Agroalimentarios por Instituto Agronómico Mediterráneo de Zaragoza, España. Desde 2009 ha colaborado con la oficina regional de la FAO para América Latina y el Caribe, a cargo de fomentar relaciones con actores no gubernamentales como sociedad civil, academia y sector privado. Anteriormente ha trabajado por más de 15 años en Brasil con organizaciones y gremios de agricultores familiares y trabajadores asalariados rurales apoyando en área de políticas públicas para el sector.

Agricultura (FAO-ONU) foi fundado no Panamá em 2017. A história, entretanto, começa na VII Conferência da CLACSO realizada em 2015 quando, pela primeira vez foi discutida a pertinência de um Grupo Especial desta natureza para discutir ainda de forma geral as questões da alimentação e da agricultura comuns à CLACSO e à FAO. Desde sua fundação, foram definidos dois eixos de ação para o grupo:

- Governança em políticas e ação públicas para a Segurança Alimentar e Nutricional: relações de poder, coordenação política e participação social, bem como ferramentas de gestão pública;
- Políticas e ações públicas enfocadas na construção de sistemas alimentares sustentáveis, inclusivos, transparentes, para combater a má nutrição em todas suas formas a partir dos territórios.

A partir dos eixos de ação foram definidos também o escopo de ação com destaque para os seguintes itens:

- Produção de conhecimento por meio de pesquisa científica;
- Difusão de conhecimento por meio de ações de formação, visibilidade dos trabalhos e ações do grupo;
- Estabelecimento e fortalecimento de redes de políticas públicas e organizações sociais relacionadas com os temas do grupo.

Desde então o grupo se reúne presencialmente uma vez por ano para analisar e avaliar as ações coletivas e mesmo individuais que estejam relacionadas com as ações e objetivos do grupo. Assim o grupo se reuniu em 2018 e 2019 na Argentina. É bem verdade que em decorrência da crise sanitária mundial (COVID-19) que acometeu o planeta, em 2020 e 2021, o grupo não se reuniu presencialmente sequer para a avaliação de suas ações que retroalimentam o planejamento para o ano seguinte, no entanto, foi capaz de manter suas atividades à distância, o que demonstra grande compromisso de seus membros.

Em 2018, este grupo instituiu o Prêmio de Investigação em Inovação em Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional com o recebimento de 74

trabalhos vindos de 12 países; em 2019, na segunda edição do Prêmio, foram recebidos mais de 70 trabalhos vindos de países latino americanos e também europeus.

Do ponto de vista das relações institucionais temos convidado representantes do Observatório para o Direito à Alimentação (ODA)<sup>1</sup> para colaborar com nossas ações bem como participado dos Encontros e atividades promovidas por este Observatório parceiro.

Em 2020, o grupo diversificou suas ações, e então promoveu Encontros com lideranças sociais, especialistas e gestores públicos por meio do que denominamos “Café e Inovação” e, a partir de nossas reflexões, foi lançado o Primeiro Boletim - Comida y comunidade.

Neste ano de 2021, foram preparados dois boletins, sendo este composto por quatro artigos, todos assinados por pesquisadores que participam de alguma instituição vinculada ao Grupo CLACSO-FAO.

Ressalta-se que as reflexões que geraram os artigos permitiram estabelecer relações com outros grupos e outros setores atuantes em distintos territórios. Assim, os artigos em coautoria são importantes para ampliar nossas relações, nossos colaboradores e gerar uma saudável demanda por ampliação do grupo.

Os artigos tratam de diferentes países: Brasil, Pueblo Wayuu (território específico que compreende a Colômbia e a Venezuela) e Colômbia e utilizam-se de diversos métodos de pesquisa.

A diversidade dos artigos dá ênfase aos movimentos sociais e suas estruturas como elementos centrais de solidariedade diante de crises tais como a do COVID-19.

<sup>1</sup> <http://www.oda-alc.org/>

## Sistemas Agroalimentares Alternativos e Segurança Alimentar: contribuições a partir dos movimentos sociais

Eis, então, uma breve apresentação dos artigos que compõe esse Boletim.

O primeiro artigo trata de forma mais genérica sobre os sistemas alimentares compreendendo-os como processo de alimentação que não pode ser abordado de modo fragmentado, mas como parte de um conjunto de sujeitos, ações, instituições e espaços que funcionam conjuntamente. Considerando que a abordagem “convencional” dos sistemas agroalimentares é limitado ao não considerar a luta de classes e os modelos de desenvolvimento do campo, o autor defende uma abordagem dos sistemas agroalimentares “alternativos”, destacando dois de seus elementos: (re)distribuição de poder e centralidade da agricultura familiar camponesa no abastecimento de alimentos.

Os três artigos que seguem apresentam estratégias comunitárias e alternativas às convencionais para enfrentar a fome. São duas experiências brasileiras e uma experiência colombiana.

Os casos brasileiros denunciam o desmonte das políticas públicas estatais no Brasil contemporâneo e apresentam a sobreposição da crise sanitária mundial que incide mais fortemente sobre os pobres e reafirmam a importância dos movimentos sociais como organizações que constroem formas solidárias para enfrentar a fome como problema social e coletivo. Desta forma, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem contribuído com doações solidárias de alimentos desde o início da pandemia e o artigo, para dimensionar e espacializar as ações solidárias do Movimento, reúne e analisa as notícias publicadas no site e nas redes sociais oficiais do MST e elabora tabelas e mapas que permitem compreender a dimensão e espacialização das ações solidárias do Movimento. No outro artigo, ao reconhecer que enfrentar a fome e a pobreza é parte da agenda dos movimentos organizados no Brasil, os autores analisam o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e suas cozinhas coletivas implementadas a partir de 2019.



Finalmente, o artigo sobre o caso colombiano reúne as vozes de membros do povo Wayuu e acadêmicos e discute as estratégias do referido povo para enfrentar crises alimentares ao longo da história exacerbadas recentemente por vários fatores estruturais e conjunturais e, especialmente, pela pandemia de Covid-19.

O texto se concentra na descrição de estratégias comunitárias e familiares de solidariedade, cooperação e complementaridade, analisando sua transformação e como, paradoxalmente, durante a pandemia, foram fundamentais para a sobrevivência mas afetadas pelo distanciamento social. O texto reflete sobre a importância, potencialidades e limitações deste tipo de estratégias na configuração de sistemas de segurança alimentar autônomos e alternativos em um contexto de ineficiência estatal.

Assim os três artigos, por meio de diferentes metodologias e estratégias, apresentam organizações sociais e comunitária que agem para superar o problema da fome diante de um Estado ausente ou pelo menos pouco presente no que diz respeito a esse problema específico – fome.

Assim, este primeiro Boletim de 2021 do Grupo SAN CLACSO FAO é mais uma vez um pequeno aporte para as discussões sobre sistemas alimentares na ALC em especial no marco da crise sanitária planetária que vivemos em consequência da COVID que nos exige reflexões e tomadas de decisão para a construção de um futuro mais equitativo em termos das condições de produção, distribuição e consumo de alimentos, diferente do pasado recente e do presente.

# Reflexões para uma abordagem “alternativa” dos sistemas alimentares

Estevan Coca\*

**Resumen:** Los debates sobre los sistemas alimentarios han sido voluminosos en los últimos años. Convergen en el entendimiento de que el proceso de alimentación no puede abordarse de manera fragmentada, sino como parte de un conjunto de etapas, sujetos, instituciones y espacios que trabajan en conjunto. En este trabajo, enfatizo que el enfoque “convencional” de los sistemas agroalimentarios tiene como límite no considerar los modelos de lucha de clases y desarrollo rural. Defiendo el enfoque de los sistemas agroalimentarios “alternativos”, destacando dos de sus elementos: la (re)distribución del poder y la centralidad de la agricultura familiar campesina en el suministro de alimentos.

**Palabras clave:** sistemas alimentarios, poder, agricultura familiar campesina; agroindustria.

\* Professor Doutor da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), Coordenador do curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), professor no Programa de Pós-Graduação em Geografia - Unifal-MG e professor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial) – Unesp.

**Abstract:** There has been much discussion about food systems in recent years. These converge on the understanding that food processes must not be approached in a fragmented way, but as part of a broader set of phases, subjects, institutions, and spaces that work together. In this paper, I emphasize that the “conventional” approach to agrifood systems is limited for not considering the class struggle and rural development models. I argue defend the approach of “alternative” agrifood systems, highlighting two of its elements: (re)distribution of power and centrality of peasant family agriculture in supplying food.

**Keywords:** agrifood systems; power; peasant family agriculture; agribusiness.

**Resumo:** As discussões sobre os sistemas alimentares têm sido volumosas nos últimos anos. Elas convergem no entendimento de que o processo de alimentação não pode ser abordado de modo fragmentado, mas como parte de um conjunto de sujeitos, ações, instituições e espaços que funcionam conjuntamente. Neste trabalho destaco que a abordagem “convencional” dos sistemas agroalimentares possui como limite não considerar a luta de classes e os modelos de desenvolvimento do campo. Defendo a abordagem dos sistemas agroalimentares “alternativos”, destacando dois de seus elementos: (re)distribuição de poder e centralidade da agricultura familiar camponesa no abastecimento de alimentos.

**Palavras-chave:** sistemas agroalimentares; poder; campesinato; agronegócio.

## Introdução

Pensar as políticas e práticas agroalimentares de modo equitativo e sustentável é um dos desafios mais importantes para as sociedades do século XXI. Contudo, nos últimos anos, em escala global, tem se evidenciado enormes dificuldades para a concretização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) referentes à garantia de alimentos

saudáveis, nutritivos e suficientes para todas as pessoas durante o ano todo (Objetivo 2.1) e a erradicação de todas as formas de malnutrição (peso baixo ou excesso de peso) (Objetivo 2.2).

A América Latina e o Caribe aparecem entre as regiões onde as desigualdades nos sistemas agroalimentares se apresentam em condições mais dramáticas. Enquanto no mundo uma em cada quatro pessoas sofre com a insegurança alimentar moderada ou severa, na América Latina e Caribe uma em cada três pessoas estão numa dessas condições (FAO, 2021).

Além disso, apesar de em números gerais ainda estar atrás da Ásia (1,03 bilhões) e da África (675 milhões), a América Latina e o Caribe possuem o mais rápido crescimento dos níveis de insegurança alimentar do globo, indo de 22,9% em 2014 para 31,7% em 2019 (205 milhões) (FAO, 2021).

A isso se soma uma grande concentração da posse da terra na região. Com o avanço da agricultura capitalista (latifúndio e agronegócio, sequentemente) nos últimos 50 anos, tal situação tem se tornado ainda mais enfática, de modo que apenas 1% das “super fazendas” controla mais da metade das terras agricultáveis da América Latina e Caribe (Guereña e Burgos 2016).

A discussão sobre a produção de sistemas agroalimentares justos e saudáveis torna-se ainda mais urgente devido ao contexto pandêmico que o mundo tem vivido desde março de 2020. Mesmo sem termos uma certeza sobre como e onde a pandemia começou, ela chamou a atenção para um fato que autores como Wallace (2016) e Davis (2020) já alertavam há anos: o agronegócio é um potencial produtor de patógenos.

Além disso, as restrições de circulação de pessoas e mercadorias causadas pela pandemia também corroboraram fragilidades dos sistemas agroalimentares por meio da elevação dos preços de alimentos básicos, a diminuição do poder de compra da população e, conseqüentemente, a intensificação da fome (Clapp e Moseley 2020; van der Ploeg 2020; Rede PENSSAN 2021). Em outros termos, a pandemia reforçou que o sistema

agroalimentar hegemônico é doente e causa doenças (Akram-Lodhi 2021).

Sabendo desse contexto, no presente artigo apresento alguns apontamentos teóricos para contribuir com o pensamento sobre a construção de sistemas agroalimentares “alternativos”. Defendo que a solução da fome exige pensarmos os sistemas agroalimentares como totalidades, rompendo com as abordagens que enfatizam apenas uma das etapas do processo de alimentação. Também chamo a atenção para a necessidade de não nos limitarmos aos sistemas agroalimentares “convencionais”. Pelo contrário, apresento a centralidade na agricultura familiar camponesa e a (re) distribuição de poder como componentes fundamentais dos sistemas agroalimentares “alternativos”.

## O conceito de sistemas agroalimentares

Como parte de uma racionalidade positivista que tem orientado o paradigma de modernização hegemônico, existe uma tendência de as políticas alimentares serem tratadas de modo fragmentado e não coordenado. Suas diferentes etapas e processos são lidos como elementos que se encerram em si. Isso favorece a manutenção do *status quo* e os projetos de dominação das classes dominantes, especialmente por não entender outros modelos de desenvolvimento além do capitalismo.

Na história recente isso levou a equívocos como a crença de que o aumento da produtividade ocasionado pela Revolução Verde, nos primeiros anos da segunda parte do século XX, por si só fosse capaz de resolver o problema da fome num mundo cada vez mais urbanizado. Mesmo após mais de 50 anos da expansão do modelo de motomecanização da Revolução Verde ter se espacializado por todos os continentes ainda temos cerca de 690 milhões de pessoas em situação de fome (8,9% da população global) (FAO, 2021). Isso demonstra que tal previsão estava errada. Seu principal limite foi não considerar que a fome é consequência de uma dinâmica estrutural gerada por uma agricultura cada vez mais

controlada por grandes corporações capitalistas (McMICHAEL 2009; Murphy, Burch, e Clapp 2012; Van der PLOEG 2008).

Um grande número de trabalhos acadêmicos tem destacado que os desafios para uma alimentação sustentável passam por considerar como parte de um todo articulado problemas como a fome, a obesidade, o consumo de ultraprocessados, o êxodo rural, o grande descarte de alimentos, o controle corporativo sobre as sementes, a financeirização, a corrida mundial por terras e outros (e.g. Dale 2019; McMICHAEL 2009; Sage 2011; Wittman 2011).

Para isso, a abordagem dos sistemas alimentares tem sido apresentada como uma ferramenta analítica e operacional que possibilita ler produção, processamento, empacotamento, distribuição e comercialização dos alimentos, considerando economia, sociedade, política e ecologia (Ericksen 2008; Meek e Tarlau 2015; Sonnino e Coulson 2021).

Contribuições teóricas recentes enfatizam que por possuir uma concepção holística e coordenada, os sistemas agroalimentares podem contribuir com a superação da leitura fragmentada do processo de alimentação (e.g. Marsden, Moragues Faus, e Sonnino 2019; Sonnino 2007; Stuckler e Nestle 2012; Swensson e Tartanac 2020). Por isso, o trabalho com os sistemas alimentares deve ser interdisciplinar e transcender as fronteiras institucionais (FAO 2018).

Os sistemas agroalimentares envolvem tanto os determinantes como os resultados dos ambientes bio-geofísicos e modos de vida na produção e consumo de alimentos (Kneafsey et al. 2021). A chave nessa abordagem é a compreensão de que os sistemas agroalimentares contribuem e são afetados por processos amplos como as mudanças ambientais (especialmente o aquecimento global), os novos padrões de consumo (supermercadização, por exemplo) e a financeirização da economia.

Contudo, defendo neste artigo que as discussões sobre os sistemas agroalimentares ainda levantam algumas questões que merecem ser melhor refletidas por acadêmicos, ativistas e gestores públicos na busca por

mudanças estruturais na agricultura e na alimentação, a exemplo das seguintes: É possível termos políticas alimentares mais justas e sustentáveis tendo o agronegócio (principal expressão da agricultura capitalista na atualidade) como modelo de desenvolvimento hegemônico no campo? Numa sociedade dividida em classes é possível falar de sinergias e coordenação como condicionantes dos sistemas agroalimentares?

Assim, sabendo da amplitude do conceito de sistemas agroalimentares e também de alguns dos limites de sua abordagem mais usual, na próxima seção propomos uma interpretação sobre as condições necessárias para a produção de sistemas agroalimentares “alternativos”.

## Avançando na construção sistemas agroalimentares “alternativos”

Tendo como base os questionamentos levantados anteriormente, faço uma diferenciação entre sistemas agroalimentares “convencionais” e sistemas agroalimentares “alternativos” por considerar que o debate sobre as políticas agroalimentares deve ser pautado pela luta de classes e as disputas entre os modelos de desenvolvimento para o campo (agronegócio x agricultura familiar camponesa).

A abordagem “convencional” dos sistemas alimentares tem o mérito de não abordar de modo fragmentado o processo de alimentação. Isso pode ser o vetor para mudanças pontuais (reformas) nas políticas alimentares. Contudo, advogo a necessidade de situarmos que a agricultura e a alimentação reproduzem as contradições das sociedades e por isso, devemos aborda-las por meio da diversidade de relações sociais, territórios e modelos de desenvolvimento.

De modo abrangente e ainda inicial, entendo como sistema agroalimentar “convencional” aquele que mesmo visando superar a leitura fragmentada da alimentação da população, não traz como preocupação mudanças estruturais nas sociedades ou em outros termos, a superação do modo capitalista de produção. Em geral, essas abordagens aparecem

em estudos que são embasados pelo que Vinha e Fernandes (Vinha e Fernandes 2019) denominam como Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Faz parte do PCA a crença de que os problemas da agricultura e alimentação no capitalismo serão resolvidos por e dentro desse próprio modo de produção.

Desde a segunda metade do século XX, tem ficado evidente que o capitalismo se organiza por meio de um conjunto de sistemas, criando uma complexa estrutura que direciona a agricultura e a alimentação para a acumulação de capital. A própria gênese do conceito de agronegócio é uma referência disso (J. H. Davis e Goldberg 1957). Ele é produzido como um complexo de sistemas, redes e instituições (Fernandes 2017). Isso se dá como parte de um processo de acumulação de capital que é acompanhado da concentração de terras, passivos ambientais, expropriação de agricultores familiares camponeses e indígenas etc. (Akram-Lodhi 2021; Vergara-Camus e Kay 2017; Wallace 2016).

O desafio é termos em mente que, ao contrário do que é defendido no PCA, o agronegócio é uma totalidade, mas não é tudo, ou como dito por Fernandes (2017), ele “não é o centro do universo”. Mesmo sendo o modelo de desenvolvimento hegemônico no campo, o agronegócio disputa espaços e territórios com a agricultura familiar camponesa (inclusos povos tradicionais como extrativistas, quilombolas, faxinais e ribeirinhos) e indígenas.

Sabendo disso, proponho lermos os sistemas agroalimentares “alternativos” como resultado direto das contradições do processos de alimentação no modo de produção capitalista (Harvey 2014). Demonstro que eles vão além dos sistemas agroalimentares “convencionais” por levarem em consideração, dentre outros, a agricultura familiar camponesa como provedora de alimentos e a (re) distribuição de poder.

Agricultura familiar camponesa como provedora de alimentos

Por mais que o conceito de sistemas agroalimentares trabalhe de modo articulado os espaços rurais e urbanos, envolvendo produtores e



consumidores, a alimentação é fortemente condicionada pelos modelos de desenvolvimento da agricultura.

Como já destacado nesse artigo, na abordagem “convencional” dos sistemas agroalimentares não existe uma crítica enfática à nefasta contribuição que o modelo do agronegócio traz para a alimentação da população, dentre outras, por meio da mercantilização da comida e da concentração de terras.

Sabendo disso, defendo aqui que os sistemas agroalimentares são “alternativos” na medida em que valorizam a diversidade territorial, especialmente no que se refere às conflitualidades entre a agricultura camponesa e o agronegócio (Fernandes 2008). Mais especificamente, os sistemas agroalimentares “alternativos” possuem a agricultura familiar camponesa como elemento fundamental do abastecimento alimentar da população (Maluf 2021), entendendo que ela produz seus próprios territórios, seguindo lógicas diferentes das que são geradas pelo agronegócio.

Na América Latina, por exemplo, mesmo possuindo área menor, a agricultura familiar camponesa é central na produção de alimentos saudáveis e postos de trabalho no campo (Fernandes 2014). Assim, ela é um elemento estratégico para a superação da fome.

Mesmo que seja uma prática milenar, nos últimos anos, a agroecologia tem sido valorizada como uma expressão da organização em sistemas da agricultura familiar camponesa (Rosset e Altieri 2017). Ela é organizada como uma construção ontológica que aparece não apenas como prática agrícola (dimensão material), mas também como um modelo (Giraldo e Rosset 2018).

Fazem parte dos sistemas agroecológicos a diversidade, o diálogo entre diferentes saberes, a busca pela superação da monocultura e por ser o mais independente o possível de insumos externos, a construção de mercados solidários, dentre outros (Dale 2019; Sosa et al. 2012). Contudo, o mais importante a ser aqui destacado é que a agroecologia não é

construída pelo agronegócio, pois produz e é produzida nos territórios da agricultura familiar camponesa (Giraldo e Rosset 2018).

De tal modo, a agricultura familiar camponesa se coloca como de fundamental importância para que os sistemas alimentares avancem na desconstrução do alimento como mercadoria. Através da produção agroecológica ela ressignifica a relação das comunidades com a comida, qualificando-a como um bem comum.

(Re) distribuição de poder

A abordagem “convencional” dos sistemas agroalimentares também possui o limite de não problematizar os tensionamentos entre as classes sociais como elementos estruturais na produção da agricultura e da alimentação. São pontuados fatores como sinergia e coordenação, porém, a preocupação com a conflitualidade não é tão evidente.

Especialmente por causa dos efeitos disruptivos da pandemia da Covid-19 nos sistemas alimentares, tem ficado ainda mais evidente que a fome é espacialmente e socialmente seletiva, concentrando-se nos bolsões de pobreza e entre a classe trabalhadora (Clapp e Moseley 2020; Rede PENSSAN 2021). Além do mais, a pandemia também tem evidenciado que a fome possui determinantes internos às classes sociais, sendo mais incidente entre negros (apartheid alimentar) (Sevilla 2021) e mulheres (Rede PENSSAN 2021).

O motivo dessa desigualdade no acesso aos alimentos é a concentração de poder. Isso se expressa para além da distribuição de renda (os que podem comprar comida e os não podem) ou da capacidade de participação nos mercados (agricultores capitalizados e não capitalizados). O principal condicionante da concentração de poder na agricultura e alimentação é a mercantilização da comida. Enquanto ela não for tratada como um bem comum ou um Direito Humano Universal, existirá discrepâncias no modo como produtores e consumidores participam dos sistemas agroalimentares.

Assim, a superação do alimento-mercadoria é uma condição *sine qua non* para a (re) distribuição de poder e a produção de sistemas alimentares “alternativos”. Nesse caso, o alimento não seria visto apenas pelo viés do acesso, mas como uma concepção mais ampla que envolve os direitos coletivos e individuais.

## Considerações finais

A abordagem dos sistemas alimentares tem se demonstrado promissora por não tratar a agricultura e a alimentação de modo fragmentado. Isso pode contribuir com novas práticas e políticas alimentares, gerando melhorias pontuais no acesso aos alimentos e problematizando como a comida possui determinações multidimensionais, estando relacionada com algumas das principais crises que acometem a humanidade, a exemplo da crise climática e a pandemia da Covid-19.

Nesse artigo problematizei que apesar de avançar numa leitura para além do setorial da agricultura e alimentação, a abordagem “convencional” das políticas alimentares falha em não considerar as determinações de classes e a conflitualidade entre os modelos de desenvolvimento do campo. Por isso, propus uma leitura “alternativa” dos sistemas agroalimentares, a qual embasa-se na centralização da agricultura familiar camponesa como provedora de alimentos e na (re) distribuição de poder.

Essa discussão é ainda inicial e precisa de maiores aprofundamentos, contudo, ela serve como uma provocação para a necessidade de movimentos camponeses e alimentares, gestores, organizações não governamentais e outros, compreenderem que as transformações na agricultura e na alimentação só terão efeito quando forem acompanhadas de mudanças estruturais na sociedade.

## REFERÊNCIAS

- Akram-Lodhi, A. Haroon. 2021. "Contemporary pathogens and the capitalist world food system". *Canadian Journal of Development Studies / Revue canadienne d'études du développement* 42(1-2): 18-27.
- Clapp, Jennifer, e William G. Moseley. 2020. "This food crisis is different: COVID-19 and the fragility of the neoliberal food security order". *The Journal of Peasant Studies* 47(7): 1393-1417.
- Dale, Bryan. 2019. "Alliances for agroecology: from climate change to food system change". *Agroecology and Sustainable Food Systems*: 1-24.
- Davis, John Herbert, e Ray Allan Goldberg. 1957. *Concept of agribusiness*. Bosto: Harvard University.
- Davis, Mike. 2020. "The Coronavirus Crisis Is a Monster Fueled by Capitalism". *In These Times*. <https://inthesetimes.com/article/22394/coronavirus-crisis-capitalism-covid-19-monster-mike-davis> (10 de abril de 2020).
- Ericksen, Polly J. 2008. "Conceptualizing food systems for global environmental change research". *Global Environmental Change* 18(1): 234-45.
- FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. 2021. *2020 - The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI): Transforming food systems for affordable healthy diets*. Rome. <https://www.wfp.org/publications/2019-state-food-security-and-nutrition-world-sofi-safeguarding-against-economic> (9 de março de 2020).
- Fernandes, Bernardo Mançano. 2008. "Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial". In *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*, São Paulo: Editora Unicamp, 173-238.
- . 2014. "Cuando la agricultura familiar es campesina". In *Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos*, Quito: IAEN, 19-34.
- . 2017. "O agronegócio não é o centro do universo". *Redesans*. <http://redesans.com.br/o-agronegocio-nao-e-o-centro-do-universo-por-bernardo-mancano/> (22 de junho de 2021).
- Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). 2018. *Sustainable Food Systems – Concept and Framework. Policy Support and Governance*. Rome. <http://www.fao.org/policy-support/tools-and-publications/resources-details/en/c/1160811/> (26 de junho de 2021).
- Giraldo, Omar Felipe, e Peter M. Rosset. 2018. "Agroecology as a territory in dispute: between institutionality and social movements". *The Journal of Peasant Studies* 45(3): 545-64.

- Guereña, Arantxa, e Stephanie Oxfam Burgos. 2016. *Desterrados: Tierra, poder y desigualdad en América Latina*. Oxfam.
- Harvey, David. 2014. *Seventeen contradictions and the end of capitalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Kneafsey, Moya, Damian Maye, Lewis Holloway, e Michael K. Goodman. 2021. *Geographies of Food: An Introduction*. London: Bloomsbury Publishing.
- Maluf, Renato S. 2021. “Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach”. *Revista de Economia e Sociologia Rural* 59: 1–19.
- Marsden, Terry, Ana Moragues Faus, e Roberta Sonnino. 2019. “Reproducing vulnerabilities in agri-food systems: Tracing the links between governance, financialization, and vulnerability in Europe post 2007–2008”. *Journal of Agrarian Change* 19(1): 82–100.
- McMichael, Philip. 2009. “A food regime analysis of the ‘world food crisis’”. *Agriculture and human values* 26(4): 281.
- Meek, David, e Rebecca Tarlau. 2015. “Critical food systems education and the question of race”. *Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development* 5(4): 131–35.
- Murphy, Sophia, David Burch, e Jennifer Clapp. 2012. *Cereal secrets: The world’s largest grain traders and global agriculture*. Nairóbi: Oxfam.
- van der Ploeg, Jan Douwe. 2020. “From biomedical to politico-economic crisis: the food system in times of Covid-19”. *The Journal of Peasant Studies* 47(5): 944–72.
- Rede PENSSAN. 2021. *Food Insecurity and Covid-19 in Brazil*. Rio de Janeiro.
- Rosset, Peter M., e Miguel A. Altieri. 2017. *Agroecology: science and politics*. Rugby/ New Scotland: Practical Action Publishing/ Fernwood Publishing.
- Sage, Colin. 2011. *Environment and food*. London and New York: Routledge.
- Sevilla, Nina. 2021. “Food Apartheid: Racialized Access to Healthy Affordable Food”. NRDC. <https://www.nrdc.org/experts/nina-sevilla/food-apartheid-racialized-access-healthy-affordable-food> (26 de junho de 2021).
- Sonnino, Roberta. 2007. “The power of place: embeddedness and local food systems in Italy and the UK”. *Anthropology of food* (S2).
- Sonnino, Roberta, e Helen Coulson. 2021. “Unpacking the new urban food agenda: The changing dynamics of global governance in the urban age”. *Urban Studies* 58(5): 1032–49.
- Sosa, Braulio, Adilén Maria Roque Jaime, D. R. A. Lozano, e Peter Michael Rosset. 2012. *Revolução agroecológica: o movimento de*

- camponês a camponês da ANAP em Cuba*. São Paulo: Expressão Popular.
- Stuckler, David, e Marion Nestle. 2012. "Big food, food systems, and global health". *PLoS Med* 9(6): e1001242.
- Swensson, Luana F. J., e Florence Tartanac. 2020. "Public food procurement for sustainable diets and food systems: The role of the regulatory framework". *Global Food Security* 25: 100366.
- Van der Ploeg, Jan Douwe. 2008. *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS Editora.
- Vergara-Camus, Leandro, e Cristóbal Kay. 2017. "Agribusiness, peasants, left-wing governments, and the state in Latin America: An overview and theoretical reflections". *Journal of Agrarian Change* 17(2): 239–57.
- Vinha, Janaina Francisca de Souza Campos, e Bernardo Mançano Fernandes. 2019. "Territórios paradigmáticos na construção do pensamento geográfico agrário brasileiro". *Terra Livre* 1(52): 163–89.
- Wallace, Rob. 2016. *Big farms make big flu: dispatches on influenza, agribusiness, and the nature of science*. New York: NYU Press.
- Wittman, Hannah. 2011. "Food sovereignty: a new rights framework for food and nature?" *Environment and Society* 2(1): 87–105.

# Inseguridad alimentaria y donaciones solidarias del MST en la pandemia de Covid-19 en Brasil

Angela dos Santos Machado\*  
Aline Albuquerque Jorge\*\*  
Bernardo Mançano Fernandes\*\*\*

**Resumen.** El avance del hambre en Brasil es resultado de las políticas neoliberales que, desde 2016, están provocando el desmantelamiento de políticas públicas de seguridad alimentaria. La grave crisis económica y social provocada por la pandemia del Covid-19 ha profundizado esta situación. El *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)* han contribuido con donaciones solidarias de alimentos desde el inicio de la pandemia. Para dimensionar y espacializar las acciones de solidaridad del Movimiento, colectamos y analizamos las noticias divulgadas en el sitio electrónico y en las redes sociales oficiales del MST. Elaboramos tablas y mapas que permiten comprender la dimensión y espacialización

\* Estudiante de doctorado en Geografía, Universidade Estadual Paulista (UNESP).

\*\* Estudiante de doctorado en Geografía, Universidade Estadual Paulista (UNESP).

\*\*\* Profesor del Programa de Posgrado en Geografía e del Programa de Posgrado en Desarrollo Territorial en América Latina y Caribe, Universidade Estadual Paulista (UNESP).

de las acciones solidarias del MST. Esta investigación busca reforzar que los territorios de la reforma agraria son productores de alimentos básicos y colaboran para garantizar la seguridad alimentaria. Las desigualdades agudizadas por la pandemia reforzaron el debate sobre la importancia estratégica de la agricultura familiar campesina para garantizar la seguridad alimentaria y reveló los límites del discurso del agronegocio que siegue afirmando que alimentará al mundo.

**Palabras-clave:** Inseguridad alimentaria, políticas publicas, Covid-19, MST, donaciones solidarias.

**Abstract.** The advance of hunger in Brazil is result of neoliberal policies that, since 2016, are causing the dismantling of the public food security policies. The serious economic and social crisis caused by the Covid-19 pandemic has deepened this situation. The *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)* has contributed with solidarity donations of food since the beginning of the pandemic. To dimension and spatialize the solidarity actions of the Movement, we collect and analyze the news published on its website and on its official social networks. We draw up tables and maps that allow us to understand the dimension and spatio-ization of the MST's solidarity actions. This research seeks to reinforce that the agrarian reform territories are producers of basic foods and collaborate to guarantee food security. The inequalities exacerbated by the pandemic reinforced the debate about the strategic importance of the peasant family agriculture to guarantee food security and revealed the limits of the agribusiness discourse that he claims to feed the world.

**Keywords:** Food insecurity, public policies, Covid-19, MST, solidarity donations.

**Resumo.** O avanço da fome no Brasil é resultado de políticas neoliberais que, desde 2016, estão provocando o desmonte das políticas públicas de segurança alimentar. A grave crise econômica e social causada pela pandemia de Covid-19 agravou essa situação. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem contribuído com doações solidárias de alimentos desde o início da pandemia. Para dimensionar e espacializar



as ações solidárias do Movimento, reunimos e analisamos as notícias publicadas no site e nas redes sociais oficiais do MST. Elaboramos tabelas e mapas que nos permitem compreender a dimensão e espacialização das ações solidárias do Movimento. Esta pesquisa busca reforçar que os territórios da reforma agrária são produtores de alimentos básicos e colaboram para garantir a segurança alimentar. As desigualdades agravadas pela pandemia reforçaram o debate sobre a importância estratégica da agricultura familiar camponesa para a garantia da segurança alimentar e revelou os limites do discurso do agronegócio que afirma alimentar o mundo.

**Palavras-chave:** Insegurança alimentar, políticas públicas, Covid-19, MST, doações solidárias.

## Introducción

Durante más de una década, Brasil puso la erradicación del hambre como eje central de la agenda política, creando una estructura de instituciones y políticas públicas para garantizar la seguridad alimentaria, en que la agricultura campesina jugó un papel destacado. Los resultados fueron tan positivos que la *Food and Agriculture Organization* (FAO) sacó el país del mapa del hambre en 2014.

En los años siguientes, Brasil ha pasado por una serie de inestabilidades políticas que incluyen un golpe político y la elección de un gobierno ultra neoliberal que provocó el desmantelamiento de las políticas de seguridad alimentaria y agricultura campesina, resultando en el regreso del hambre en los hogares brasileños. La pandemia de Covid-19 ha profundizado la inseguridad alimentaria pero no puede ser entendida como la única causa de la situación que el país enfrenta hoy.

En la falta del Estado, diferentes grupos se están organizando a fin de realizar acciones solidarias. En este artículo nos enfocamos en las donaciones de alimentos del *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*

(MST) que es el protagonista en la lucha por tierra en Brasil y también en la disputa por las políticas públicas para los campesinos.

Para dimensionar y espacializar las acciones de solidaridad del Movimiento hicimos un levantamiento de noticias en su sitio electrónico<sup>1</sup> y en sus redes sociales oficiales<sup>2</sup>. Todas las divulgaciones de donaciones de alimentos realizadas desde marzo de 2020 (inicio de la pandemia en Brasil) hasta marzo de 2021 (fecha de finalización del levantamiento) fueron analizadas. Las que tenían informaciones cuantitativas y de localización fueron codificadas y archivadas en un drive específico. Sistematizamos las informaciones en una planilla de Excel con los siguientes datos: código, fecha de divulgación, código de localidad, instituciones que participaron de la acción, cantidad de alimentos donados y si era comida preparada o no, y las personas o instituciones que recibieron la donación. Elaboramos tablas y mapas que permiten comprender la dimensión cuantitativa y espacial de las acciones solidarias del MST en la pandemia de Covid-19.

El análisis de las donaciones permite entender la importancia de la reforma agraria para la seguridad alimentaria pues la comida donada fue producida en los territorios conquistados por el Movimiento. Entendemos los territorios como materialidad y inmaterialidad, pues las ideas y paradigmas también constituyen territorios, a ejemplo de las políticas públicas que son territorios inmateriales que dan sustentabilidad para los territorios en su materialidad, o sea, “[...] el mundo de las ideas, de las intencionalidades, que coordina y organiza el mundo de las cosas y de los objetos: el mundo material” (FERNANDES, 2009, p. 211).

El texto está organizado de la siguiente manera: en la primera parte discutimos la relación entre la inseguridad alimentaria y la disrupción de las políticas para agricultura campesina y, en seguida, analizamos las donaciones de alimentos del MST durante la pandemia.

<sup>1</sup> Disponible en: <https://mst.org.br/noticias/>. Acceso en 02 jul. 2021.

<sup>2</sup> Disponible en: <https://www.instagram.com/movimentosemterra/> e <https://www.facebook.com/MovimentoSemTerra>. Acceso en 02 jul. 2021.

## Inseguridad alimentaria y disrupción de las políticas públicas campesinas

Entendemos la seguridad alimentaria y nutricional según el artículo 3º de la Ley nº11.346 de 2006 que instituyó el *Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*:

La seguridad alimentaria y nutricional consiste en la realización del derecho de todos al acceso regular y permanente a alimentos de calidad en cantidad suficiente, sin comprometer el acceso a otras necesidades esenciales, teniendo como bases prácticas alimentares promotoras de salud que respeten la diversidad cultural y que sean ambiental, cultural, económica y socialmente sustentables (BRASIL, 2006, traducción nuestra).

La definición de seguridad alimentaria y nutricional es amplia pues no se trata apenas de una cuestión de acceso a alimentos, pero también de la calidad de estos alimentos lo que incluye la producción sustentable que podemos relacionar con la agricultura campesina.

En Brasil, la agricultura campesina es responsable por la producción de alimentos, mientras la agricultura capitalista concentra la tierra produciendo *commodities* para exportación. En 2017 la agricultura de base familiar produjo casi 42% del frijol negro, 69,5% de la yuca, 12% de la papa inglesa, 11% del arroz, 45% del tomate, 70,7% del pimiento y 64% de la leche de vaca, 31% del ganado nacional, 51% del cerdo y 45,5% de las gallinas, entre otros (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017).

Es interesante notar que esta importante contribución campesina para la seguridad alimentaria se da a pesar de la desigual distribución de la tierra, pues, en 2018, las pequeñas propiedades (hasta 200 hectáreas) representaban 94% de las unidades rurales, pero ocupaban solamente 22,4% del total de tierras cultivables, a la vez que las grandes propiedades de tierra representaban 1% de las unidades rurales, pero ocupaban 54% de las tierras (Dataluta, 2019).

El *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)* es el protagonista de la lucha por la tierra en Brasil y disputa las políticas públicas con los terratenientes y el *agronegocio*. Los últimos, han sido históricamente beneficiados con recursos públicos, mientras la agricultura de base familiar, durante mucho tiempo, no recibió ningún apoyo del Estado (Mattei, 2014). Las políticas públicas agrícolas en Brasil han tenido un carácter conservador que privilegia los agricultores más capitalizados. Las únicas políticas que alcanzaban los pequeños agricultores eran de asistencia social con fines de atenuar la pobreza rural (Grisa; Schneider, 2015) y políticas que buscaban desmovilizar la lucha por la tierra e integrar las familias campesinas, de forma subordinada, al mercado capitalista (Fernandes, 2002).

De acuerdo con Fernandes et al. (2017), las políticas públicas pueden ser para la subordinación o emancipación del campesinado, esto depende de la tendencia paradigmática que orienta la elaboración de las políticas. Los paradigmas son territorios inmateriales que direccionan la interpretación de la realidad, las visiones de mundo y las acciones que afectan directa o indirectamente los territorios en su materialidad. En Brasil, es predominante la interpretación de que el modelo del *agronegócio* es el más lucrativo, moderno y capaz de desarrollar el país. Y este pensamiento traspasa los formuladores de las políticas públicas y, consecuentemente, la concretización de la realidad agraria brasileña.

En la disputa paradigmática por políticas públicas, los campesinos tuvieron importantes conquistas en los gobiernos del *Partido dos Trabalhadores* de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) y Dilma Rousseff (2011-2016). La agricultura campesina fue reconocida como una importante productora de alimentos y como eje central de sustentación de una amplia política de seguridad alimentaria. El programa *Fome Zero* (Hambre Cero), implementado a través del *Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional*, tuvo como principal acción vinculada a la agricultura campesina el *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)* (Reis, 2015).

El PAA es la materialización de la demanda de los movimientos campesinos por formas de comercialización de la producción de alimentos. El programa articula la venta campesina y la compra de alimentos por instituciones estatales, tanto para formación de acopios como para donaciones a personas en situación de vulnerabilidad social (Reis, 2015).

El carácter emancipador del PAA es demostrado por Reis (2015) a través de los siguientes puntos: libera los campesinos de agentes de comercialización (atravesadores) que se apropian de la renta de la tierra; aporta para la consolidación de cooperativas y asociaciones productivas; aumenta la participación de mujeres y jóvenes atraídos por la posibilidad de ingreso; y favorece la diversificación de la producción, la agroecología y la seguridad alimentaria.

Aunque los gobiernos de Lula y Rousef posibilitaron grandes avances para las políticas públicas campesinas, el juego político y las alianzas con terratenientes y grandes capitalistas de la agricultura no permitieron la realización de cambios estructurales en Brasil. Por lo contrario, la concentración de tierra y el poder político de los que luchan contra la reforma agraria fueron incrementados. El resultado fue que los sujetos que habían sido beneficiados por los gobiernos *petistas*<sup>3</sup> se volvieron en contra de ellos y colaboraron para un golpe político que sacó la presidente Dilma Rousef del poder en 2016.

No hay espacio en este artículo para decir todos los retrocesos que los brasileños han vivido en los últimos años, sobretodo con la elección de Jair Messias Bolsonaro en 2019 y la intensificación de la crisis por la pandemia de Covid-19. Por lo tanto, vamos a concentrarnos en la ruina de la estructura creada para garantizar la seguridad alimentaria con enfoque en la producción campesina de alimentos y las consecuencias para la población brasileña.

La estructura creada por el gobierno Lula había alcanzado grandes resultados en la disminución de la inseguridad alimentaria, el número de

**3** Referente al *Partido dos Trabalhadores*.

personas que padecían hambre fue reducido a la mitad, tanto que, en 2014, la FAO sacó el país del mapa del hambre y reconoció que este avance estaba relacionado al hecho de poner la erradicación del hambre en el centro de la agenda política del país (Food and Agriculture Organization, 2014).

Desafortunadamente, la primera medida tomada por el gobierno Bolsonaro extinguió el *Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)*<sup>4</sup>, responsable del control social y la participación de la sociedad en la elaboración, implementación y evaluación de las políticas públicas de seguridad alimentaria. La extinción del Consejo terminó de desarticular las resistencias en contra del desmantelamiento de las políticas públicas.

La disrupción de las políticas públicas campesinas, incluso el PAA, fue un factor decisivo para debilitar las políticas de seguridad alimentaria. Los recursos destinados al PAA ya estaban en declive desde 2013 en el gobierno de Dilma debido a las crisis política y económica en el país. El PAA inició en 2003, con un presupuesto de 81,5 millones de reales que fue aumentando gradualmente hasta 2012 cuando llegó a 586,6 millones de reales. A partir de entonces el presupuesto del PAA empezó a reducir, llegando a solo 41,3 millones en el año de 2019 (Companhia Nacional de Abastecimento, 2020).

Esto es resultado de la ruptura de un proyecto político de catorce años a partir de un gobierno ilegítimo que destruyó, en poco tiempo, innumerables políticas públicas que estaban siendo desarrolladas y presentaban resultados positivos. Para empeorar, actualmente vivimos bajo un gobierno ultra neoliberal, violento y que está incondicionalmente comprometido con la agricultura capitalista.

La pandemia de Covid-19 ha profundizado la situación de inseguridad alimentaria en el país. En 2004, 35,2% de los domicilios brasileños

<sup>4</sup> Medida Provisoria n.870 de 1º de enero de 2019 que establece la organización básica de los órganos de la Presidencia de la República y los Ministerios.

enfrentaba la inseguridad alimentaria, este número fue reducido para 30,4% en 2008 y para 22,9% en 2013. En 2018, se observa el aumento de los que padecen con la inseguridad alimentaria representando 36,7% de los hogares, lo que puede estar relacionado con la interrupción de las políticas públicas. En 2020, en el contexto de la pandemia, más de la mitad de los domicilios brasileños se encontraban en situación de inseguridad alimentaria (55,2%) (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021).

Frente a esta situación, movimientos sociales, organizaciones no gubernamentales, sindicatos y otras instituciones han tomado la iniciativa de realizar donaciones solidarias para reducir o afrontar la inseguridad alimentaria. A continuación, discutiremos las donaciones con participación del MST reflexionando sobre la importancia de la reforma agraria y de las políticas públicas campesinas para la seguridad alimentaria y nutricional.

## Donaciones Solidarias del MST en la pandemia de Covid-19

En el período seleccionado para análisis de las noticias publicadas en el sitio electrónico y las redes sociales oficiales del MST, identificamos que el Movimiento realizó y participó de 474 acciones solidarias en todo el país, resultando en la donación de 1.760 toneladas y 595 kilos de comida no preparada, 98.102 unidades de comida preparada, 9.646 canastas con alimentos, 8.275 panes, 22.936 litros de leche, 2.738 cestas básicas, 487 kits de alimentos y productos de higiene y centenas de desayunos solidarios. Los números de acciones y de alimentos donados pueden ser mayores que los recaudados, considerando las donaciones que se hicieron, pero no se dieron a conocer o fueron divulgadas sin la información cuantitativa y, por lo tanto, no se registraron.

Las donaciones estaban destinadas a moradores de comunidades, barrios periféricos y ocupaciones urbanas, personas que viven en la calle, trabajadores en huelga, residencias de mayores, hospitales públicos, comunidades

indígenas y quilombolas, refugios, centros de rehabilitación para adicciones, cocinas comunitarias, familias afectadas por inundaciones, entre otros.

Muchas de las acciones fueron realizadas a través de campañas y articulaciones con organizaciones no gubernamentales, instituciones y otros movimientos como el *Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)*, el *Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD)*, el *Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)*, la *Comissão Pastoral da Terra (CPT)*, el *Conselho Indigenista Missionário (CIMI)*, la *Central Única dos Trabalhadores (CUT)*, el *Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina* entre otros.

Las donaciones de alimentos fueron realizadas principalmente cerca de las fechas significativas para la lucha de las mujeres, de los campesinos y de los trabajadores en general. Algunos ejemplos son el Día Internacional de las Mujeres (08 de marzo), el Día del Trabajo (1º de mayo), el Día internacional del agricultor y agricultora familiar (25 de julio) y el Día Nacional de la Lucha por la Reforma Agraria (17 de abril). La mayoría de las acciones tuvieron lugar en el período de abril a julio, como se muestra en la Tabla 1.

**Tabla 1. Principales donaciones hechas por el MST durante la pandemia en Brasil**

Mes	Comida no preparada (toneladas)	Comida preparada (unidades)	Canastas (unidades)
Marzo 2020	1	8.000	-
Abril 2020	384,53	10.750	1.080
Mayo 2020	136,52	5.400	550
Junio 2020	362,195	1.650	1.000
Julio 2020	428,78	6.050	2.700
Agosto 2020	101,1	29.000	90
Septiembre 2020	97,75	8.100	231
Octubre 2020	21,83	7.400	200
Noviembre 2020	7,6	3.000	-
Diciembre 2020	132,69	5.452	3.100
Enero 2021	9	-	-
Febrero 2021	14,8	4.500	70
Marzo 2021	62,8	8.800	625
<b>Total</b>	<b>1.760,595</b>	<b>98.102</b>	<b>9.646</b>

Datos: sitio electrónico y redes sociales del MST (2020, 2021)



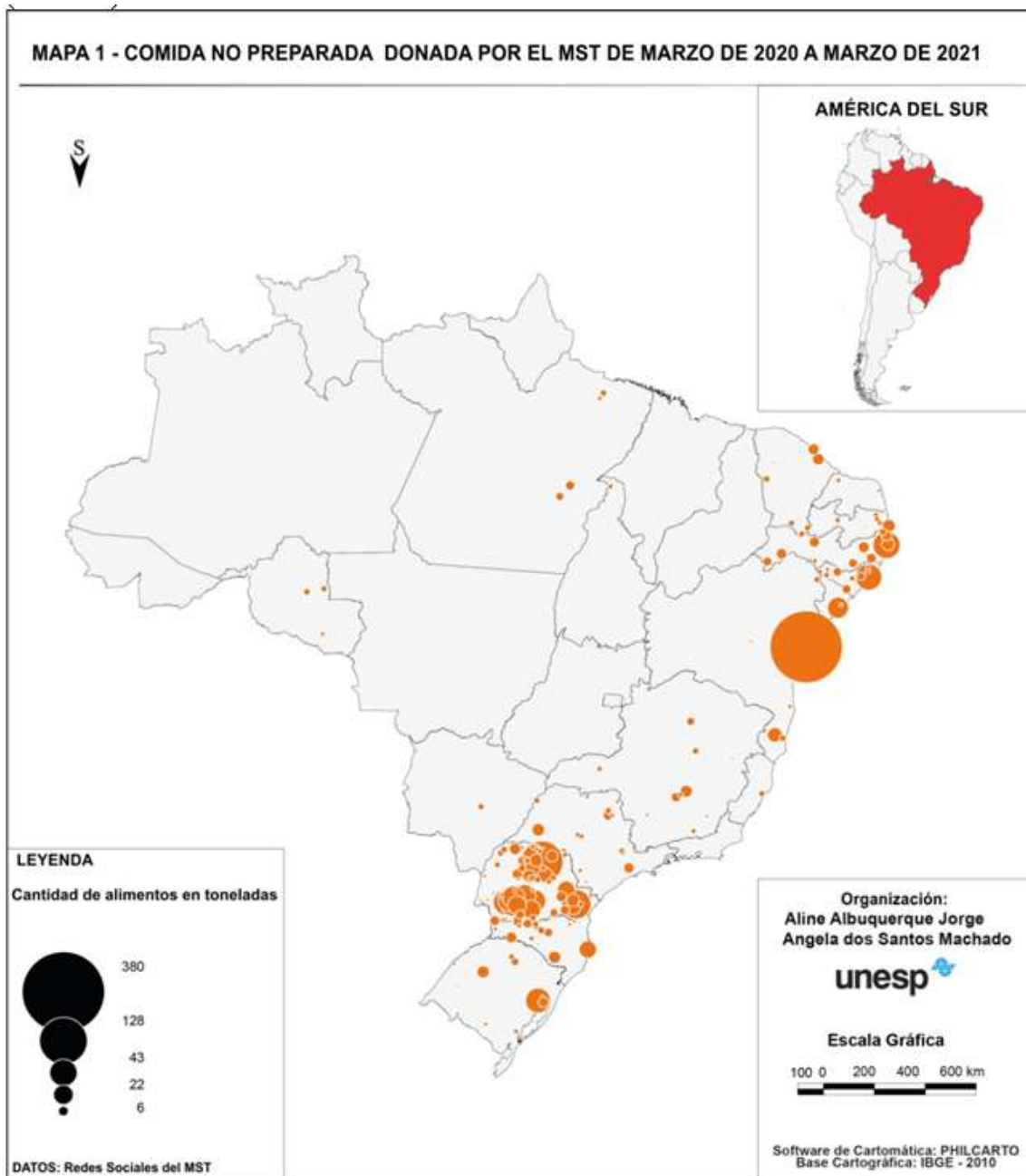
Como explica el MST, la concentración de donaciones entre los meses de abril y julio se justifica por este ser el periodo en que los campesinos obtienen mayor productividad en diversas áreas del país debido a las condiciones naturales. También se justifica por la construcción de jornadas unificadas de luchas como forma de recordar fechas importantes para los movimientos.

Entre las regiones brasileñas, el Sur es donde ocurrió más de 50% de las donaciones de comida no preparada, casi 45% de las unidades de comida preparada y 50% de las canastas. El noreste fue responsable por la donación de casi 40% de la comida no preparada. Ya la región sureste es la segunda que más donó unidades de comida preparada (36%) y de canastas (35%) MAPA 1 y 2).

Puede ser que la razón de que el Sur destaque sea el pionerismo de la lucha por la tierra en esta región donde, incluso, surgió el MST. Los asentamientos son más consolidados y tienen importantes cooperativas. El vacío de donaciones en el Centro del país puede ser relacionado, entre otros motivos, a concentración de la agricultura capitalista y en la región Norte al predominio de otros tipos de luchas, como de los indígenas.

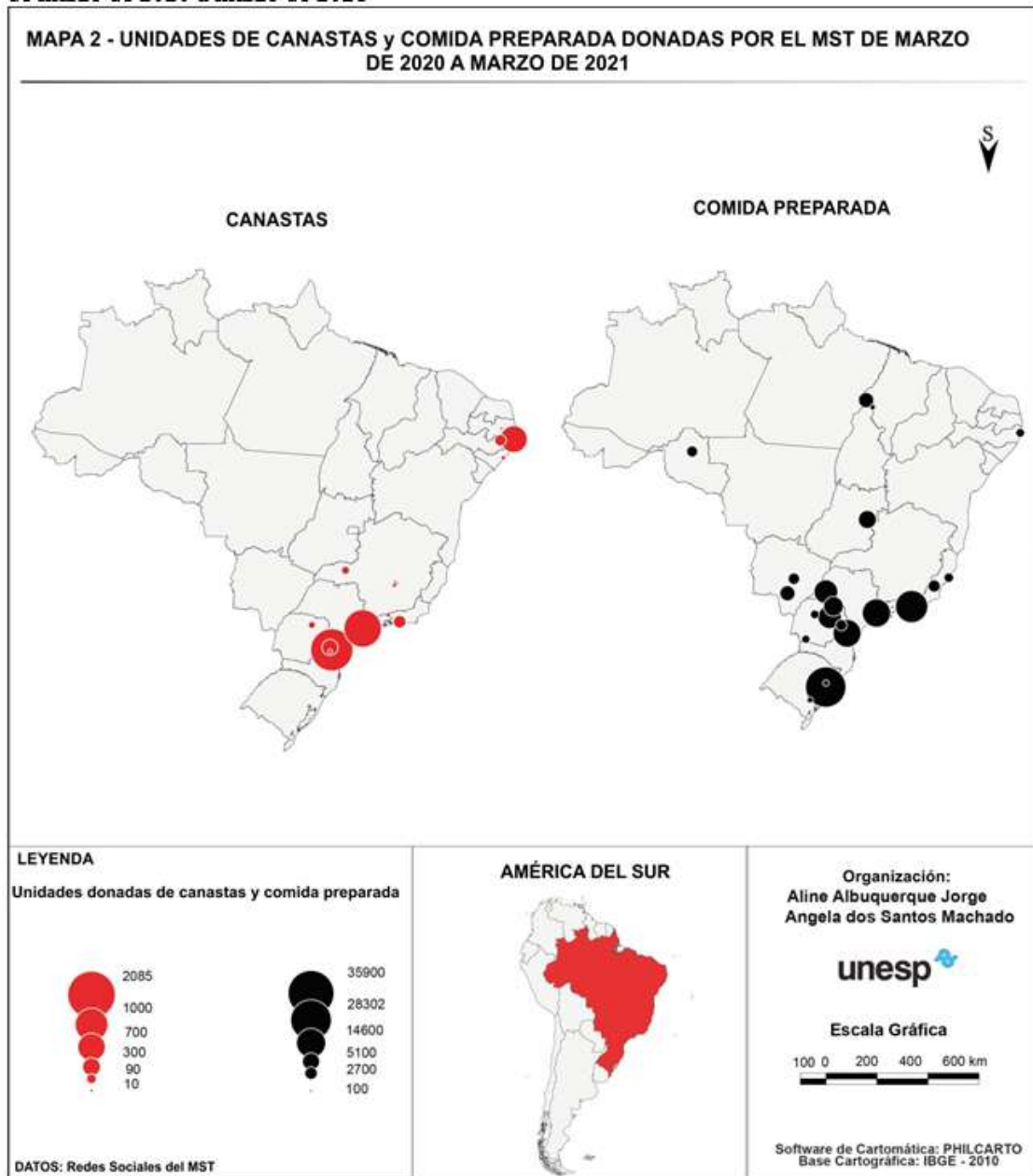
Según el MST, la solidaridad es una práctica constante del movimiento, que consiste en repartir hasta lo que puede hacer falta y no las sobras. Las acciones del MST y otros movimientos campesinos muestran para la población que los campamentos y asentamientos de reforma agraria son territorios productivos, que cumplen la función social de la tierra, como determina la Constitución Federal brasileña, y contribuyen para la seguridad alimentaria. Todavía muestran la importancia de la reforma agraria y que esta debe ser un asunto de interés para toda la sociedad, una vez, que consiste en dividir tierras improductivas o que de alguna manera no cumplen la función social para los campesinos, los cuales usan la tierra para la producción de alimentos diversificados.

Mapa 1. Comida no preparada donada por el MST de marzo de 2020 a marzo de 2021 (toneladas)



Datos: Base Cartográfica del IBGE (2010); sitio electrónico y redes sociales do MST (2020, 2021)

Mapa 2. Unidades de canastas (cestas) y comida preparada (marmitas) donadas por el MST de marzo de 2020 a marzo de 2021



Datos: Base Cartográfica del IBGE (2010); sitio electrónico y redes sociales do MST (2020, 2021).

Las acciones solidarias denuncian el desmonte de las políticas públicas de seguridad alimentaria y han constituido una importante forma de diálogo del Movimiento con la sociedad. La organización colectiva forma espacios comunicativos y de socialización política (Fernandes, 1999) en los asentamientos y los campamentos donadores de alimentos, en las cocinas, donde la comida es preparada y en las calles, donde al entregar las donaciones el Movimiento interactúa con las personas, crea debate político, divulga su producción y su agenda de lucha. Según los dirigentes del MST, en esos momentos de diálogo con el pueblo es posible darse cuenta del cambio de opiniones y creación de empatía, relacionado con las reivindicaciones campesinas, por parte de aquellos que reciben los alimentos donados.

A organização coletiva forma espaços comunicativos e de socialização política nos assentamentos e acampamentos doadores de alimentos, nas cozinhas, onde a comida é preparada e nas ruas, onde ao entregar a doação o Movimento interage com as pessoas, cria debate político, divulga sua produção e pauta de luta. Segundo os dirigentes do MST, nesses momentos de diálogo com a população é possível perceber a mudança de opinião e criação de uma certa solidariedade, empatia, com relação as reivindicações camponesas, por parte daqueles que recebem os alimentos doados.

A través de estas acciones, diferentes movimientos y instituciones se articulan, por ejemplo, movimientos de lucha por la tierra, por la vivienda, por derechos de los trabajadores, de los pueblos tradicionales, entre otros. Estas articulaciones permiten el fortalecimiento de los movimientos y organizaciones, así como, la construcción de agendas de luchas comunes.

A pesar del discurso ideológico de ataque a la reforma agraria y a los movimientos campesinos, propagado por el *agronegocio* y gobierno, que muchas veces asocian los sin tierra al terrorismo, en este momento de crisis económica, social y sanitaria, el MST ha demostrado solidaridad y los resultados de la reforma agraria.

## Consideraciones Finales

El desmantelamiento de la estructura creada para garantizar la seguridad alimentaria y las políticas neoliberales de los últimos gobiernos han resultado en el regreso del hambre a los hogares brasileños. La pandemia de Covid-19 ha profundizado la crisis económica y social.

En ese contexto, el MST y otros grupos sociales han realizado donaciones de alimentos que tienen significado social y político, ya que son formas de crear espacios comunicativos con la población, de cambiar la visión de la sociedad sobre los movimientos, de denunciar la ausencia del Estado y de mostrar la necesidad y los resultados de la reforma agraria.

Este artículo aporta evidencias para defender la reanudación de políticas públicas para la agricultura familiar campesina. A pesar de las frecuentes interrupciones, este modelo de agricultura sigue resistiendo y creando solidaridad, compartiendo lo que tienen, no lo que sobra. Es hora de que la sociedad se sienta indignada por las teorías y los gobiernos que quieren destruir uno de los patrimonios más importantes de la humanidad, la capacidad de producir sus propios alimentos.

Esperamos que la situación actual pueda generar un amplio debate sobre la producción y el acceso a alimentos saludables y suficientes para toda la población, considerando la centralidad de las políticas de seguridad alimentaria y de la agricultura campesina para este proceso. Acreditamos que solo con el fin de las agendas neoliberales será posible salir de nuevo del mapa del hambre y avanzar en la seguridad alimentaria.

La pandemia desafió a los movimientos campesinos a crear alternativas que sirvan de referencia para la creación de políticas públicas en el período pos pandémico. Son semillas para la construcción de la soberanía alimentaria que se extienden por todo el mundo. El siglo XXI nos está enseñando que la lucha por la comida es tan importante como la lucha por la tierra. Son inseparables y marcan las luchas por las políticas alimentarias, dando un nuevo significado a la reforma agraria.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ley nº11.346, 15 de septiembre de 2006. Crea el Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN con vistas en asegurar el derecho humano a la alimentación adecuada y da otras providencias. Disponible: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm). Acceso en 11 jul. 2021.
- Companhia Nacional de Abastecimento. Compêndio de Estudos Conab. Brasília: Conab, 2020.
- DATALUTA. Relatório DATALUTA Brasil 2019. 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/343268845\\_RELATORIO\\_DATALUTA\\_BRASIL\\_2019](https://www.researchgate.net/publication/343268845_RELATORIO_DATALUTA_BRASIL_2019). Acesso em 3 nov. 2020.
- Food and Agriculture Organization. The State of Food Insecurity in the World 2014. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome, FAO, 2014. Disponible en: <http://www.fao.org/3/i4030e/4030e.pdf>. Acceso em 10 jul. 2021.
- Grisa, Catia.; Schneider, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. RESR. Vol. 52, Supl.1, p.125-146, 2014 – impressa em fev. 2015.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário: resultados definitivos 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- Maçano Fernandes, Bernardo Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 – 1999). Tese (doutorado em geografia), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1999.
- Maçano Fernandes, Bernardo La Cuestión Agraria Brasileña a Comienzos Del Siglo XXI. Scripta Nova. Vol. VI, núm. 121, ago. 2002.
- Maçano Fernandes, Bernardo Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.
- Maçano Fernandes, Bernardo et al. A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil. NERA, Presidente Prudente, nº 109, p. 2-16, jan. 2017.
- Mattei, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. Ver. Econ. REN, Fortaleza, v.45, p.71-79, 2014.
- Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nossa Produção. Disponível em:

<https://mst.org.br/nossa-producao/>. Acesso 08 jul. 2021.

Terra Reis, Ana. Trabalho, políticas públicas e resistência em assentamentos do estado de São Paulo: um estudo do

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Tese (doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2015.

# El Movimiento de Trabajadores Sin Techo, seguridad alimentaria y el derecho a la alimentación

Daniel Morais Angelim\*  
Eduardo de Lima Caldas\*\*

**Resumen:** los estudios sobre la seguridad alimentaria y el hambre en el mundo, publicado por la FAO (Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación), revelan que el 2,5% de la población de Brasil está desnutrida, lo que representa aproximadamente 5 millones de personas. Esta realidad podría empeorar en los próximos años con el crecimiento sostenido de la pobreza y la pobreza extrema. Según la Síntesis de Indicadores Sociales del IBGE (Instituto Brasileño de Geografía y Estadística), hubo un aumento del 4% de personas en pobreza en Brasil de 2016 a 2017. Enfrentar el hambre y la pobreza es parte de la agenda

\* Membro da Coordenação Estadual (Estado de São Paulo) do MTST e doutorando em Economia política mundial na Universidade Federal do ABC (UFABC).

\*\* Professor da Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Co-coordinador del Grupo Especial FAO / CLACSO Inovação em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.



de los movimientos organizados en Brasil, incluido el Movimiento de Trabajadores Sin Techo (MTST), que tiene las cocinas colectivas como una de sus marcas en las ocupaciones. Recientemente, e incluso antes de la crisis sanitaria mundial y el genocidio promovido por el gobierno brasileño, las cocinas colectivas del MTST se expandieron más allá de las ocupaciones. Desde 2019, el tema del Derecho a la Alimentación se ha incorporado a la agenda del MTST en base a cuatro líneas de acción: huertos urbanos, comedores comunitarios, campañas de recolección de alimentos y construcción de procesos de movilización en torno al tema del derecho a la alimentación. El propósito de este artículo es presentar la experiencia del MTST en el campo del Derecho a la Alimentación, a partir de experiencias seleccionadas que articulan la distribución de alimentos por un lado; y por otro, la producción de insumos a partir de la articulación territorial de los movimientos sociales.

**Palabras-Clave:** Movimientos sociales; Seguridad alimentaria; Cocina comunitaria; Movimiento de Trabajadores Sin Techo (MTST)

**Abstract:** The Study of Food Security and Hunger in the world, released by the FAO (United Nations Food and Agriculture Organization) reveals that 2.5% of the population of Brazil is malnourished, which represents approximately 5 million people. This reality could get even worse in the coming years with the steady growth of poverty and extreme poverty. According to the Synthesis of Social Indicators of the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics), there was an increase of 4% of people living in poverty in Brazil from 2016 to 2017. Confronting hunger and poverty is part of the agenda of organized movements in Brazil, including the Homeless Workers Movement (MTST), which has collective kitchens as one of its marks in occupations. Recently, and even before the world health crisis and the genocide promoted by the Brazilian government, the MTST's collective kitchens expanded beyond occupations. Since 2019, the theme of the Right to Food has been incorporated into the MTST agenda based on four lines of action: urban gardens, community kitchens, food collection campaigns and construction of mobilization processes around the theme of the right to food. The aim of this article is to present the experience of the MTST in the field of the Right

to Food, based on selected experiences that articulate food distribution on the one hand; and on the other, the production of inputs from the territorial articulation of social movements.

**Keywords:** Social Movements; Food Security; Community Kitchen; Homeless Workers Movement (MTST)

**Resumo:** Os estudos sobre segurança alimentar e fome no mundo publicados pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) revelam que 2,5% da população do Brasil estão desnutridas, o que representa aproximadamente 5 milhões de pessoas. Esta realidade poderia piorar nos próximos anos com o crescimento sustentado da pobreza e da pobreza extrema. Segundo a síntese de indicadores sociais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) houve um aumento de 4% de pessoas pobres no Brasil de 2016 a 2017. Enfrentar a fome e a pobreza é parte da agenda dos movimentos organizados no Brasil, incluindo o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que tem as cozinhas coletivas como uma de suas marcas nas ocupações. Recentemente e antes da crise sanitária mundial e do genocídio promovido pelo governo brasileiro, as cozinhas coletivas do MTST se expandiram para além das ocupações. Desde 2019, o tema do Direito à Alimentação foi incorporado na agenda na agenda do MTST a partir de quatro linhas de ação: hortas urbanas, cozinhas comunitárias, campanhas de arrecadação de alimentos e construção de procesos de mobilização em torno do direito à alimentação. O propósito deste artigo é apresentar a experiência do MTST no campo do Direito da Alimentação a partir de experiências selecionadas que articulem a distribuição de alimentos por um lado e a produção de insumos a partir da articulação territorial dos movimentos sociais por outro lado.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais; Segurança Alimentar; Cozinha Comunitária; Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

## Introdução

El presidente de la República de Brasil, Jair Messias Bolsonaro (sin partido) dijo en julio de 2019 que no hay hambre en Brasil. Hasta el apareamiento de la COVID-19, esa era la posición oficial del Gobierno Federal, que – sin embargo – no estaba respaldada por los números que ya mostraban que, incluso antes de la crisis sanitaria, la desnutrición era un problema lejos de ser resuelto. Millones de brasileños aún enfrentan la dura realidad de no tener qué comer y esta situación se ha agravado aún más desde el inicio de la pandemia de COVID-19. Un estudio sobre Seguridad Alimentaria llamado *Estado de la Seguridad y Nutrición en el Mundo*, publicado por la FAO (Organización de Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura) revela que el 2,5% de la población del país está desnutrida, lo que representa aproximadamente 5 millones de personas.

Esta realidad puede empeorar aún más en los próximos años con el aumento de la pobreza y de la pobreza extrema en Brasil. Según datos de la Fundación Getúlio Vargas, el número de pobres pasó de 9,5 millones en agosto de 2020 a más de 27 millones en febrero de 2021 (Duque, 2021).

Este ha sido un tema relevante para los movimientos sociales organizados en Brasil. Por una parte, hay un conjunto de acciones más enfocadas a la caridad y la solidaridad, como las campañas desarrolladas por las Pastorales Sociales de la Iglesia Católica; por otra parte, existe un conjunto de experiencias que demuestran la capacidad de combinar la lucha por la Seguridad Alimentaria y Nutricional y también el Derecho a la Alimentación con la organización comunitaria de trabajadores (CARDOSO, 1984).

No se trata solo de movimientos recientes. Quizás el ejemplo más destacado fue el Movimiento Contra la Carestía (Movimento Contra a Carestia), a comienzos de la década de 1980 que, durante la dictadura militar brasileña, logró reunir a miles de personas en las ciudades en la lucha contra el aumento del costo de vida y de los precios de los alimentos, lo

que dificultaba el acceso a alimentación adecuada, especialmente en las periferias de las grandes ciudades (CARDOSO, 1984).

El objetivo de este trabajo es presentar los vínculos del MTST<sup>1</sup> con la temática de Seguridad Alimentaria y Nutricional, enfocando principalmente la construcción de Cocinas Comunitarias. Detrás de este informe, hay un conjunto de hipótesis:

- El hambre es un tema que concierne no solo a los recursos, sino a las decisiones políticas e involucra al Estado y la sociedad civil en conjunto o por separado;
- Los movimientos sociales, independientemente de las acciones gubernamentales, crean estrategias sociales para minimizar el hambre como problema social;
- La lucha contra el hambre y la promoción de la Seguridad Alimentaria y Nutricional son temas capaces de movilizar a la sociedad y profundizar la acción organizativa en los territorios.

Este artículo está organizado en tres partes, además de la introducción y conclusión: políticas de seguridad alimentaria; la experiencia del MTST en alimentación; cocinas solidarias - una nueva propuesta de acción territorial.

## Políticas de seguridad alimentaria

El reconocimiento del hambre como resultado de las decisiones políticas y el silencio en torno al tema fueron, a partir de un minucioso trabajo de investigación, denunciado por Josué de Castro: “La propia ciencia y tecnología occidental, halagada por sus brillantes logros materiales en el dominio de las fuerzas de la naturaleza, se sintieron humillados,

<sup>1</sup> El MTST - Movimiento de Trabajadores sin Techo - se define a sí mismo como un movimiento social que organiza a los trabajadores urbanos en función del lugar donde viven: los barrios periféricos. Un movimiento territorial que se organiza en busca de derechos. La lucha trasciende la lucha por la vivienda. Esta es una lucha que forma parte de una lucha más amplia por condiciones de vida dignas. La demanda fundamental es una Reforma Urbana.

confesando abiertamente su casi absoluto fracaso para mejorar las condiciones de vida humana en nuestro planeta y, con su reticente silencio sobre el tema, se hicieron consciente o inconscientemente cómplices de intereses políticos que buscaban ocultar la verdadera situación de las grandes masas humanas permanentemente envueltas en el círculo de hierro del hambre” (Castro, 1946, p. 32).

Las políticas de Seguridad Alimentaria y Nutricional cubren los diferentes niveles de gobierno: municipal, estatal y nacional. Según Caldas y Jayo (2020), desde principios de la década de 1980 se acumulan lecciones aprendidas en el campo de las políticas de Seguridad Alimentaria y Nutricional:

“A primeira estruturou-se a partir do governo do estado de São Paulo, no mandato de André Franco Montoro (1983-1986). Em seguida veio uma experiência municipal: a de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, idealizada na administração do prefeito Patrus Ananias (1993-1996) e continuada nas de Célio de Castro (1997-2000), Célio de Castro e Fernando Pimentel (2001-2004), Fernando Pimentel (2005-2008) e Márcio Lacerda (2009-2016). Finalmente houve uma experiência nacional, sob a égide do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), chamada de Programa Fome Zero. Por mais que essas experiências tenham se dado em diferentes momentos históricos, em níveis de governo distintos e lideradas por governantes de partidos e orientações políticas também diferentes, as três se caracterizam por uma forte e marcante articulação com setores da sociedade organizada” (Caldas e Jayo, 2020).

En cuanto a la sociedad civil, merecen destacarse al menos tres momentos de la historia reciente en los que las organizaciones de la sociedad civil se movilizaron para enfrentar el hambre y garantizar la Seguridad Alimentaria y Nutricional: los movimientos sociales urbanos contra el hambre a principios de los años 80; la Acción Ciudadana contra el Hambre, la Miseria y por la Vida; y finalmente, la constitución del Consejo Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional y de los Consejos Estatales y Municipales, como importantes espacios para la formulación e implementación de las políticas de Seguridad Alimentaria y Nutricional.

Segundo Tavares da Silva (2020):

“Na década de noventa, a mobilização da sociedade e a adesão do governo propiciou iniciativas de combate à fome no âmbito federal. Em 1993, foi instituído o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que junto com o movimento da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, organizou em 1994 a 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar, que consolidou o conceito e conferiu a SAN como um projeto integrador das ações setoriais capaz de instituir-se como eixo estratégico de um novo modelo de desenvolvimento” (Tavares da Silva, 2020).

El derecho a la alimentación fue incluido recientemente en la Carta Constitucional, en su artículo 69, mediante EC 064/2010 (BRASIL, 1988): “Los derechos sociales son educación, salud, alimentación, trabajo, vivienda, esparcimiento, seguridad, seguridad social, protección de la maternidad y la niñez, asistencia a los necesitados, en la forma de esta Constitución” (BRASIL, Art. 6, 1988).

Para garantizar este derecho, existe un Sistema Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional en Brasil. Los esfuerzos para garantizar la Seguridad Alimentaria se ven reforzados por políticas económicas como la valoración del salario mínimo y por Programas de Transferencia de Renta como Bolsa Familia.

Sin embargo, desde 2016, con el inicio del gobierno de Temer, ha habido disminución del número de familias atendidas por Bolsa Família (Castilho y Lemos, 2021). Bolsonaro dio continuidad a esa política, quien, solo en el primer mes de gobierno, eliminó a 361.000 beneficiarios. Recortes como estos asociados al desempleo y devaluación del salario mínimo, contribuyen de manera decisiva para frenar la trayectoria descendente del hambre en el país.

La crisis social derivada de la pandemia asociada a la falta de políticas públicas que garanticen un ingreso mínimo y también la seguridad alimentaria contribuyen aún más al aumento del número de personas que padecen hambre en Brasil.

## La experiencias del MTST en el tema de Alimentación

Para el MTST, el tema de la alimentación es parte del proceso de organización de la lucha por la vivienda. Las cocinas colectivas son “marcas registradas” en las ocupaciones.

Alimentan a cientos de personas todos los días a través de donaciones y se convierten en una referencia importante para la organización local. A partir del contacto con experiencias internacionales, el MTST avanzó y comenzó a desarrollar desde mediados de 2019 las cocinas colectivas no solo en espacios ocupados, sino en barrios periféricos de ciudades como Niterói y São Gonçalo, ambos en la provincia de Río de Janeiro.

En los últimos dos años (2020-2021), el MTST también propuso la implementación de huertos orgánicos en las ocupaciones y edificios del MTST, ya sea para producir alimentos o para mantener la organización territorial. Hay registros de huertos realizados en las ocupaciones Esperança Vermelha y Palestina en São Paulo (SP), Fidel Castro en Goiânia (GO) y la ocupación Carolina de Jesus en Recife (PE).

A partir de estas experiencias, el MTST sintió la necesidad de profundizar el trabajo también en relación con el derecho a la alimentación. En la planificación nacional realizada en enero de 2019, el Movimiento decidió incorporar el tema del Derecho a la Alimentación como una prioridad nacional en su lucha, señalando 4 ejes para el desarrollo de esta agenda a nivel nacional: huertos urbanos, comedores comunitarios, campañas de colecta de alimentos y movilización en torno al tema del derecho a la alimentación.

Durante el primer semestre de 2019 se llevó a cabo la primera Campaña Nacional de Colecta de Alimentos del MTST - Periferia Sem Fome – que colectó, durante 6 meses, 68 toneladas de alimentos en todo el país.

En 2020, con la intensificación de la pandemia Covid-19 en el país y sus efectos económicos y sociales, el MTST se dio cuenta de la necesidad de una nueva campaña de colecta de alimentos. Luego, se creó el Fondo de Solidaridad para las Personas Sin Hogar Afectadas por el Coronavirus.

Con una duración de 4 meses, la campaña recaudó R\$ 1.343.858,00 y distribuyó más de 220 toneladas de alimentos, 156.000 comidas, 110.030 mascarillas, 15.740 kits de higiene y limpieza, 200 kits para embarazadas, alcanzando a 19.640 familias en todo Brasil.

## Cocinas solidarias - Una nueva propuesta de acción territorial

El MTST entendió que las acciones de solidaridad con los afectados por el coronavirus contribuyeron a poner en primer plano un eje histórico de la lucha del movimiento, el de la Seguridad Alimentaria y Nutricional. Asimismo, además de las cocinas en las ocupaciones y las dos cocinas colectivas mantenidas en dos barrios de la periferia de las ciudades de la provincia de Río de Janeiro - São Gonçalo y Niterói - se inició el proceso de implementación de cocinas colectivas en las periferias de las grandes ciudades del país. El MTST posee alguna acción previa. La implementación de cocinas sigue algunas pautas:

1. Es una decisión descentralizada y depende de la coordinación en la provincia;
2. Se implementa en un territorio donde el MTST se articuló previamente;
3. La prioridad es establecer cocinas fijas, como forma de arraigo del trabajo comunitario;
4. Existe una preocupación por asegurar la identidad y la unidad. Así, las cocinas siguen el mismo patrón de identidad visual y simbología. Todas las cocinas están identificadas con el nombre “Cozinha Solidária” y tienen el nombre del barrio o municipio en el que se ubican;
5. Las cocinas sirven comida gratis, con al menos una comida al día, todos los días, que puede ser desayuno, almuerzo o cena según las características locales;



6. Las cocinas cuentan con un equipo fijo de cocineros y ayudantes, con una asignación como forma de reconocer el trabajo realizado;
7. Las cocinas se financian mediante campañas de recaudación de fondos o mediante articulación con entidades locales;

Las cocinas son también espacios para el desarrollo de actividades como formaciones, charlas, actividades culturales.

Además de colaborar para atender a la población, las cocinas se han convertido en espacios de referencia y construcción popular. Muchas permanecieron incluso después del final de la campaña, manteniéndose a través de la articulación local.

La propuesta de cocinas solidarias, además del carácter de emergencia, tiene el potencial de impactar directamente la vida de la población más vulnerable, conjuga la comprensión de la necesidad de profundizar el trabajo territorial en la periferia de los grandes núcleos urbanos, con la necesidad de disputar valores en la sociedad. Si los hitos del neoliberalismo expanden el individualismo y la indiferencia, la propuesta de cocinas solidarias pretenden ser un ejemplo de posibilidad para la construcción de otras formas de sociabilidad y solidaridad.

Para fines de 2021, el MTST planea financiar 26 cocinas solidarias en todo Brasil. Hasta agosto de 2021, había 15 comedores comunitarios en funcionamiento. Para los efectos de este artículo, hemos adoptado como parámetro la operación desde mayo, lo que permite analizar el proceso de implementación y una cierta estabilización de acciones. Luego registramos el municipio y la provincia en el que se encuentran; el número de comidas diarias ofrecidas; el tipo de comida y el número de personas directamente involucradas en el proceso de producción de la comida.

## Quadro-Síntese 01: Cozinhas Comunitárias MTST

	Município	Estado	Refeições*	Tipo de refeição	Pessoas envolvidas	Data de abertura
Jd. Iguatemi	São Paulo – Zona Leste	SP	125 refeições por dia	Almoço	1 cozinheira, 1 ajudante e 8 militantes de apoio	17 maio 2021
Jardim do Estado	Santo André	SP	150 refeições dia	Almoço	1 cozinheira, 1 ajudante e 6 militantes de apoio	4 de maio 2021
Jardim Ângela	São Paulo	SP	110 refeições dia	Almoço	1 cozinheira, 1 ajudante e 6 militantes de apoio	22 de maio 2021
Santa Luzia	São Gonçalo	RJ	100 cafés de segunda a sexta e 150 almoços no domingo	Almoço e café da manhã	1 cozinheira, 1 ajudante e 11 militantes de apoio	18 de maio 2021
Jardim Damasco	Zona norte de São Paulo	SP	100 refeições	Almoço	1 cozinheira, 1 ajudante e 4 militantes de apoio	13 de maio 2021
Brasilândia	Zona norte de São Paulo	SP	125 refeições por dia	Almoço	1 cozinheira, 1 ajudante e 8 militantes de apoio	16 de maio 2021
Boa Vista	Boa Vista	RR	170 refeições por dia	Almoço	1 cozinheira, 1 ajudante e 11 militantes de apoio	12 de abril 2021
Planaltina	DF	DF	100 refeições	Almoço	1 cozinheira, 1 ajudante e 6 militantes de apoio	10 de abril 2021
Professor Paulo Bandeira	Maceió	AL	100 refeições	Almoço	1 cozinheira, 1 ajudante e 6 militantes de apoio	17 de março 2021
Jardim Esmeralda	Zona Sul de SP	SP	125 refeições por dia	Almoço	1 cozinheira, 1 ajudante e 8 militantes de apoio	30 de maio 2021

De las 10 experiencias implementadas desde mayo, se observa:

- El ritmo creciente de su implementación con una (01) en marzo; dos (02) en abril; y siete (07) en mayo.
- Predominio del almuerzo. Solo en São Gonçalo (RJ) hay desayuno además del almuerzo. Esta experiencia concreta también sirve almuerzos los domingos, cuando la cantidad servida aumenta en un 50%.
- En general el equipo cuenta con (01) cocinero, un (01) ayudante y apoyo de militantes. El apoyo varía de cuatro (04) en Jardim Damasceno en São Paulo (SP) a once (11) en Boa Vista (RR)
- La distribución espacial es desigual, predominantemente en el Sureste (7/10) del país, aunque se debe reconocer que esta región también tiene el mayor contingente poblacional del país. Las otras tres experiencias se encuentran en el Norte (01), Noreste (01) y Medio Oeste (01).

Según información de la Coordinación Nacional del MTST, el Fondo Nacional de Solidaridad para Personas Sin Hogar Afectadas por el Virus Corona financia 100 comidas diarias por cada iniciativa. Así, quienes sirven más de 100 comidas al día están creando formas autónomas de financiamiento y construyendo una mayor independencia del Fondo Nacional, que hipotéticamente les garantiza mayores condiciones de permanencia.

Según las informaciones en el cuadro, la experiencia de Boa Vista (RR) llama la atención por varios aspectos: es antigua en comparación con las demás, tiene un récord en el servicio de alimentos (sirve 170 almuerzos diarios) e incluso, probablemente, como resultado, cuenta con mayor apoyo de militantes, totalizando 11 colaboradores en la producción diaria de alimentos.

## Conclusión

La experiencia comunitaria del MTST reafirma una larga tradición de la sociedad civil en la creación de acciones públicas basadas en el tema de la alimentación, la Seguridad Alimentaria como una forma de, reconociendo esta problemática que surge de las decisiones políticas, solidarizarse con la población y crear estrategias de movilización social y acciones de arraigo en los territorios. Así, si bien es cierto que a lo largo de la historia reciente de Brasil, varios niveles de gobierno se han movilizad para construir políticas de Seguridad Alimentaria y Nutricional y garantizar el Derecho a la Alimentación, también es cierto que en ocasiones estos temas solo permanecieron en la agenda como resultado de presión y acción de la sociedad civil.

La relación entre la Seguridad Alimentaria y el afianzamiento territorial de la acción del MTST exige nuevos estudios, entre los cuales:

- Una evaluación sistemática de la acción a partir de 2022 cuando la situación política y sanitaria cambiará. De esta forma, será posible verificar la continuidad de la acción y sus resultados;

- Estudios más deductivos basados en estudios de casos específicos de los cuales se puedan extraer lecciones sobre las lógicas organizacionales de cada experiencia y su relación con las dinámicas sociales establecidas en los territorios; así como comprender el origen de los diversos recursos y la posibilidad de solidaridad de los distintos movimientos que actúan en ese territorio o son solidarios con la acción del MTST y su práctica específica en cada localidad;
- Reconocimiento desde el análisis organizacional de la estructura de gobernanza de cada experiencia y la relación entre las coordinaciones locales, estatales y nacionales, tanto desde el punto de vista de los procesos de toma de decisiones como desde el punto de vista de los recursos y específicamente de las formas de financiamiento.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Caldas, Eduardo de Lima; Jayo, Martin. Três programas brasileiros de políticas públicas em segurança alimentar e nutricional em perspectiva comparada. In: Caldas, Eduardo de Lima; Rapallo, Ricardo; Buitrago, Yury Marcela Ocampo.(Org.). Comida y comunidad: inovação socioterritorial e ação pública para a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional. 1ed. Buenos Aires: CLACSO, 2020, v. 1, p. 97-110.

Fracaro Camargo, Camila et al. Perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa

Bolsa Família: o que o Cadastro Único revela? In: Campello, T.; Côrtes Neri, M. (eds.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

Cardoso, Ruth Corrêa Leite. “Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico”, in B. Sorj e M. H. T. de Almeida (org.), Sociedade e Política no Brasil Pós-64 São Paulo, Brasiliense, 1984.

Castro, Josué de. Geografia da fome. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

El País. Bolsonaro: “Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira, é um discurso populista” Ed. 19 de junho 2019

Duque, Daniel. Pobreza e desigualdade aumentam de novo: PNAD Covid mostrou impacto do Auxílio Emergencial nos indicadores sociais. Blog IBRE 2021. Encontrado em <https://blogdoibre.fgv.br/posts/pobreza-e-desigualdade-aumentam-de-novo-pnad-covid-mostrou-impacto-do-auxilio-emergencial-nos>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua, Rio de Janeiro, out-dez. 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact\\_2019\\_4tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2019_4tri.pdf). Acesso em: 19 jun. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra

de Domicílios - PNAD Contínua – Rio de Janeiro, 15 mai. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27707-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-12-e-fica-estavel-em-15-ufs-no-1-trimestre-de-2020>. Acesso em: 15 mai. 2020.

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO. Criar Cidades mais verdes. Roma, 2013

Tavares Da Silva, Maria Zênia, «A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil», Configurações [Online], 25 | 2020.

# Relaciones de solidaridad y cooperación del pueblo indígena wayuu para afrontar las crisis alimentarias<sup>1</sup>

**1** Este texto es resultado de los proyectos “Diseño de un Sistema de Información para el Monitoreo Integral de los Determinantes del Hambre (SINHambre): caso piloto La Guajira indígena” de la Universidad de Antioquia, Universidad de La Guajira, Pastoral social y Ministerio de Ciencia Tecnología e Innovación de Colombia; y “Four stories about food sovereignty” realizado por la Universidad de Victoria y Universidad de Antioquia, con las organizaciones Fuerza Mujeres wayuu y la Red de comunicaciones wayuu. Para escribir este texto hilamos nuestras voces desde las experiencias y diálogos intergeneracionales para revelar el intercambio de saberes y las diversas formas de habitar y vivir en el territorio. En un ejercicio de escritura colectiva, este artículo reúne voces de activistas, líderes y lideresas, integrantes de organizaciones del pueblo wayuu y académico/as para estrechar colaboraciones y la producción colectiva de conocimiento. El texto está escrito en tercera persona partiendo de los análisis indígenas y académicos e incorporando en algunos puntos los testimonios y palabras específicas de algunos de los cotutores, sobre los problemas estructurales que ocasionan el hambre y la desnutrición entre los wayuu, las estrategias de afrontamiento autóctonas y las políticas públicas que pudieran ser promovidas para la autonomía territorial y alimentaria.

Misael Socarrás Ipuana \*  
 Alicia Dorado González \*\*  
 Esteban Torres Muriel \*\*\*  
 Susana Carmona Castillo \*\*\*\*  
 Claudia Puerta Silva \*\*\*\*\*  
 Fatima Epiayú Pelaéz \*\*\*\*\*  
 Marcela Epiayu Epiayu \*\*\*\*\*  
 Estefanía Frías Epinayú\*\*\*\*\*  
 Alonis Arregocés\*\*\*\*\*  
 Yasser Santo Durante López\*\*\*\*\*  
 Iliá Gómez Archbold\*\*\*\*\*  
 María José Rubiano\*\*\*\*\*  
 Víctor Valencia Martínez\*\*\*\*\*

\* Dirigente y miembro del pueblo wayuu de la comunidad de la Gran Parada, Municipio de Albania, La Guajira.

\*\* Habitante del corregimiento de Nazareth, Resguardo de la Alta y Media Guajira, Municipio de Uribia, La Guajira.

\*\*\* Antropólogo e investigador del grupo Rerdsa de la Universidad de Antioquia, habita en Medellín.

\*\*\*\* Antropóloga e investigadora de la Universidad de Maastricht y del grupo Rerdsa de la Universidad de Antioquia, habita en Heidelberg, Alemania.

\*\*\*\*\* Antropóloga, profesora de la Facultad de Ciencias Sociales y Humanas y coordinadora del grupo Rerdsa de la Universidad de Antioquia, habita en Medellín.

\*\*\*\*\* Miembros del pueblo wayuu del resguardo de Zahino, Municipio de Barrancas, La Guajira.

\*\*\*\*\* Miembros del pueblo wayuu del resguardo de Zahino, Municipio de Barrancas, La Guajira.

\*\*\*\*\* Miembro del territorio Pañarrer, hija del Clan Arpushana, del resguardo de la Alta y Media Guajira, Municipio de Manaure, La Guajira. Administradora en salud de la Universidad de Antioquia. Participa acompañada de Julio Epiayu Bouriyu, Tamara Arpushana y la lideresa Aura Epinayú, del mismo territorio.

\*\*\*\*\* Habitante de la comunidad de Toroquí. Resguardo de la Alta y Media Guajira, Municipio de Riohacha, La Guajira.

\*\*\*\*\* Habitante del resguardo 4 de noviembre, Municipio de Albania, La Guajira.

\*\*\*\*\* Socióloga, profesora de la Universidad de La Guajira e investigadora del grupo INNOVAR de la Universidad de la Guajira, habita en Riohacha.

\*\*\*\*\* Estudiante de antropología y joven investigadora del grupo Rerdsa de la Universidad de Antioquia, habita en Medellín.

**Resumen:** Este artículo reúne las voces de miembros del pueblo wayuu y de académicos sobre sus estrategias para enfrentar a lo largo de la historia las crisis alimentarias que se han agudizado recientemente por diversos factores estructurales y coyunturales, especialmente la nueva crisis de la pandemia de la Covid 19. El texto se concentra en describir las estrategias comunitarias y familiares de solidaridad, cooperación y complementariedad; se analiza la transformación de estas estrategias y cómo paradójicamente durante la pandemia han sido a la vez fundamentales para la supervivencia y afectadas por el distanciamiento social. El texto reflexiona sobre la importancia, potencial y limitaciones de este tipo de estrategias en la configuración de sistemas autónomos y alternativos de seguridad alimentaria en un contexto de ineficiencia estatal.

**Palabras clave:** indígenas wayuu, pandemia por Covid-19, estrategias de afrontamiento, ineficiencia estatal

**Abstract:** This article brings together the voices of members of the Wayuu indigenous people and academics on their coping strategies towards food crises throughout history. These crises have been aggravated recently by various structural and conjunctural factors, especially the new Covid-19 crisis. The text describes community and family strategies of solidarity, cooperation, and complementarity, analyzing their transformation and how, paradoxically, during the pandemic, they have been fundamental for survival but also negatively affected by social distancing. The text reflects on the importance, potential, and limitations of these strategies in the configuration of autonomous and alternative food security systems in a context of state inefficiency.

**Keywords:** Wayuu indigenous people, Covid-19 pandemic, coping strategies, State inefficiency

**Resumo:** Este artigo reúne as vozes de membros do povo Wayuu e acadêmicos sobre suas estratégias para enfrentar crises alimentares ao longo da história que foram exacerbadas recentemente por vários fatores estruturais e conjunturais e, especialmente, a nova crise da pandemia



de Covid-19. O texto se concentra na descrição de estratégias comunitárias e familiares de solidariedade, cooperação e complementaridade, analisando sua transformação e como, paradoxalmente, durante a pandemia, foram fundamentais para a sobrevivência mas afetadas pelo distanciamento social. O texto reflete sobre a importância, potencialidades e limitações deste tipo de estratégias na configuração de sistemas de segurança alimentar autônomos e alternativos em um contexto de ineficiência estatal.

**Palavras-chave:** Indígenas Wayuu, pandemia da Covid-19, estratégias de enfrentamento, ineficiência do estado

*Nosotros, los wayuu,  
hemos mantenido siempre los lazos de hermandad.  
Compartir lo que conseguimos,  
lo que tenemos;  
que, si vamos a visitar al vecino,  
nosotros llevamos y ellos nos dan.  
Misael Socarrás Ipuana, 2021*

El pueblo wayuu<sup>2</sup> habita entre Colombia y Venezuela (Ardila Calderón, 1990; Perrin, 1992; Saler, 1988); ha afrontado en la última década una crisis humanitaria de inseguridad alimentaria por sequías prolongadas y el declive venezolano, y agravada por la pandemia.

<sup>2</sup> Según el censo nacional colombiano, 380.460 personas se autodenominaron wayuu, 20,0% de la población indígena y 0,9% de la nación (DANE, 2019); en Venezuela, el censo registra 413.437, lo cual representa 57,1% de la población indígena y 1,52% del total nacional (Instituto Nacional de Estadística, 2011). El territorio indígena se caracteriza por una fuerte dispersión geográfica de sus asentamientos, con algunos centros urbanos en crecimiento y unos ecosistemas variados y sujetos a desertificación; múltiples factores económicos, sociales y políticos afectan la vida wayuu (Bonet-Morón y Hahn-de-Castro, 2017). La inseguridad alimentaria e hídrica es generalizada, por lo que organizaciones nacionales e internacionales reportan una crisis humanitaria desde 2014 (Cámara de Comercio de La Guajira, 2015; Comisión Determinantes Sociales de la Salud OMS, 2009; Defensoría del Pueblo Colombia, 2014; Human Rights Watch, 2020).

Estos aspectos coyunturales les han afectado más profundamente porque sus capacidades y recursos de respuesta llevan debilitándose en las últimas décadas por el extractivismo minero-energético, el conflicto armado y narcotráfico, la ineficiencia estatal y los cambios culturales y económicos (Puerta Silva, 2020b).

La pandemia evidencia la ineficacia e insuficiencia de las políticas públicas y medidas de emergencia frente a las necesidades indígenas. Este artículo plantea que las estrategias colectivas indígenas de afrontamiento son más relevantes, especialmente las de complementariedad, solidaridad y cooperación. Paradójicamente, para evitar la Covid-19, es necesario limitar estas formas relacionales de apoyo y trabajo conjunto - ya fragilizadas por las prolongaciones y superposiciones de las crisis (Amaya Epiayú et al., 2020). Aquí se analizan la transformación, el potencial y las limitaciones de estas estrategias para afrontar la inseguridad alimentaria y la enfermedad.

“El hambre siempre ha existido y nunca dejará de existir”

Las crisis alimentarias wayuu han sido documentadas desde la colonia y son rememoradas desde el siglo XIX. El hambre estacional durante las sequías forma parte de la vida indígena: su cosmovisión incluye relatos de la creación y de eventos catastróficos. Se recuerda que, a la llegada de los misioneros capuchinos a principios del siglo XX a la Alta Guajira, muchas familias llevaban a sus hijos en estado crítico a las misiones, aunque no todos lograban sobrevivir (Testimonio oral, Alicia Dorado, 2021). Ahora bien, las estrategias para afrontar el hambre son variadas y se arraigan en prácticas de previsión del futuro, acciones contingentes guiadas por sueños o por tradiciones rituales, o acudiendo a redes de apoyo.

Aunque los episodios de hambre perduran en la memoria colectiva, muchos wayuu creen que los medios de subsistencia autóctonos se han deteriorado, en parte, como resultado de las políticas de desarrollo de

Colombia y Venezuela. Las medidas aduaneras comerciales en los años 1990 afectaron el acceso a alimentos llegados desde el Caribe. Algunos narran cómo el hambre “volvió” y cómo se robaban entre parentelas enemistadas. La interrupción del comercio y del contrabando fronterizo continúa siendo un determinante de la inseguridad alimentaria como se demostró en 2015 con el punto más grave del desabastecimiento y cierre de la frontera binacional (Puerta Silva, 2020a). Además, en Colombia, la minería de carbón y el extractivismo desde 1970 han afectado negativamente los socio-ecosistemas wayuu (Sintracarbón y Fundación Rosa Luxemburg, 2018; Puerta Silva et al., 2018). Como consecuencia de la contaminación minera y de la economía neoliberal, los wayuu señalan que dejaron de ser productores para convertirse en consumidores de alimentos poco saludables y foráneos.

El acceso al agua es crítico para la supervivencia wayuu. Algunos deben desplazarse kilómetros para conseguir agua de consumo humano o animal, de riego o para el aseo. En numerosos casos, el agua disponible es salobre o de *jagüey*<sup>3</sup>, aunque se consume cuando no hay alternativa. Otros, no tienen fuentes propias y dependen de la compra o suministro en carrotaques que llegan como parte de la asistencia de las municipalidades, las empresas o las fundaciones privadas (Torres Muriel, 2018), suministro insuficiente y sujeto al acceso vial, la gestión del líder o las redes clientelares.

Como se ha mostrado y denunciado en múltiples publicaciones, los wayuu, despojados paulatinamente de sus medios de vida, ven reducida su capacidad para producir o comprar alimentos lo que agudizada su vulnerabilidad frente a crisis coyunturales como la pandemia (Bonnet-Morón y Hahn-de-Castro, 2017; Defensoría del Pueblo Colombia, 2018; Amaya Epiayú et al., 2020; González Posso y Barney, 2019; Guerra Curvelo, 2007; Human Rights Watch, 2020; Puerta Silva, 2013; Puerta Silva et al., 2018; Torres Muriel, 2018; Ulloa, 2020; Vergara González, 1990).

**3** Pequeñas represas de agua, por lo general destinada a los animales, los cultivos o al aseo.

## Solidaridad, cooperación y complementariedad entre los wayuu

Aunque la supervivencia wayuu ha sido amenazada por diferentes crisis, las relaciones de solidaridad, cooperación y complementariedad son fundamentales para afrontarlas. Sin los apoyos de su parentela o amigos, algunos wayuu no podrían haber solventado sus necesidades durante el confinamiento.

La literatura ha documentado ampliamente, y se sustenta en la memoria colectiva indígena, la importancia de la solidaridad, reciprocidad y cooperación como parte del *akuaipa*<sup>4</sup> en acontecimientos y rituales culturales, especialmente al interior de comunidades y parentelas matrilineales extensas<sup>5</sup>. Sobre dichos valores se sustenta también el trabajo colectivo o *yanama* para la agricultura y la cría de animales. “En nuestra infancia, la solidaridad en el intercambio de alimentos iniciaba por el compartir de los huertos que eran cosechados mediante Yanama. A menudo se sembraba en terrenos compartidos, respetando los frutos de la cosecha de los demás” (Testimonio oral, Estefanía Frías, 2021). La solidaridad es indispensable para habitar el territorio wayuu y para el mantenimiento del tejido social, según su cosmovisión y cosmogonía<sup>6</sup>. En el relato mitológico se resalta esta cualidad y se enfatiza en el castigo cuando falta.

<sup>4</sup> Modo de obrar y de ser wayuu.

<sup>5</sup> Según Duchesne-Winter (2016) la solidaridad entre parentelas se debe garantizar desde el pago de la dote en la consolidación de un matrimonio o en la organización logística de un ritual funerario. Adicionalmente, en la defensa del honor familiar por ofensa de sangre, se recurre a las prácticas solidarias al interior de la parentela extensa (Guerra, 1990, 2002; Paz Ipuana, 1972); la solidaridad entre los miembros de los linajes es constante para darle cohesión a la parentela (Montiel en Duchesne-Winter, 2016).

<sup>6</sup> “Los wunuu’u (árboles) forman la humanidad primera, diseminados por todos los espacios de la tierra: las hondonadas, las alturas, las llanuras (...) Entre ellos reinaba una maravillosa uniformidad de vida. Todos vivían solidariamente unidos, pero repartidos en grandes proporciones” (Paz Ipuana, 1972, p. 172). En la historia “*Relato de un hombre mezcquino*”, el hombre que vivía en abundancia, pero no compartía sus cosechas con wayuu hambrientos y sedientos, es castigado por la naturaleza con la sequía extrema y por sus vecinos quienes lo dejan solo cuando la escasez. “(...) Después de un tiempo escaseó la lluvia. Perecieron los animales a causa del hambre y la sed (...) Pero más tarde dejó de emanar en sus arroyos, por lo que no tuvo ni cultivo ni cosechas (...) Por otro lado, la comida que él tenía en abundancia, se la comían los comejenes, las hormigas y el gorgojo” (Jusayú, 1986).

Por su parte, los intercambios de alimentos incentivan históricamente la movilidad por el territorio wayuu y fuera de este: poli-residencia, migración estacional o permanente e itinerancia. Se describen intercambios entre familias del desértico norte y del sur guajiro, así como el tránsito binacional, animando un flujo de recursos que mantiene las redes solidarias en la familia inmediata y se multiplica a la parentela extensa y a aliados.

El boom petrolero y la ganadería en Venezuela, así como la construcción y puesta en marcha de la mina “El Cerrejón” en Colombia contribuyó a la migración binacional wayuu por intereses económicos. Hombres y mujeres recorrían el territorio buscando empleo como jornaleros, albañiles, artesanas y empleadas domésticas. Para tener alimento todo el año, los padres adquirían deudas con los dueños de la tierra que pagaban con su trabajo y el de sus hijos. Esta migración laboral también posibilitaba la compra de alimentos y de animales enviados a los territorios de origen para el ahorro y sostenimiento de sus familias (Duchesne-Winter, 2016).

En el caso de comunidades como Aremasain (en el municipio de Ma-naure), las condiciones geográficas promueven los intercambios y constituyen flujos de alimentos autóctonos entre comunidades de diferentes zonas geográficas: los *apalaanchi* (wayuu de la costa), *anooule* (wayuu de la sabana) y los *uucho’ujana* (wayuu de la serranía). Los intercambios se extienden a otros pueblos indígenas, especialmente los wiwa y kogui que habitan en la Sierra Nevada de Santa Marta.

En la vida social wayuu, un momento fundamental para la consolidación de estas relaciones de apoyo son las visitas entre familiares o vecinos, ocasiones para brindar, compartir e intercambiar. Las visitas generalmente incluyen intercambios de alimentos que los anfitriones no tienen, a lo que estos responden a los invitados brindando café o alguna otra bebida o plato de comida que tengan disponible. Cuando hay abundancia, los anfitriones entregan alimentos que saben que el visitante no tiene, pero que tal vez en el futuro cercano pueda ser retribuido cuando quien ofrece lo necesite: “se trae carne o frijoles, el visitado entrega arroz, azúcar, aceite, maíz. Mi madre siempre lleva las frutas de un palo

de aceituna que tiene en su patio. Las lleva siempre en su olla o su balde de aceitunas y, a mi mamá, pues le dan otra cosa en la olla que llevó; le dan café y azúcar, incluso le pueden dar carne seca. Mi mamá también conserva un cultivo de frijol que cosecha en cantidad, y ella le da a todo el que llega, le da un poco, le da su libra o un kilo. Los intercambios continúan todavía dentro de la familia, generando unión y conservando la sabiduría que caracteriza a nuestros mayores” (Testimonio oral, Misael Socarrás, 2021).

Así mismo, los lazos y las redes de apoyo se afianzan cotidianamente cada que algún miembro de la familia tiene un sueño<sup>7</sup> indicando que debe hacerse un festín o cuando deben celebrarse eventos sociales (velorios, cumpleaños, aniversarios, matrimonios, menarquia) o para la reparación de faltas. Los anfitriones o responsables acuden a sus reservas (animales, semillas, cosechas, joyas u otros bienes) para brindar a visitantes, así como lo hacen parientes y aliados para aunar a los esfuerzos de los primeros. Los intercambios están acompañados de la hospitalidad. Todo wayuu posee en su residencia un espacio donde recibe visitantes con *chinchorros*<sup>8</sup> y sillas para su descanso.

En síntesis, las expresiones de solidaridad, cooperación y complementariedad han caracterizado las formas de relacionarse históricamente no sólo entre integrantes del pueblo wayuu, sino con los foráneos y con los no humanos o elementos de la madre naturaleza. Las acciones de solidaridad se activan desde los ámbitos nucleares de la parentela hasta integrantes aliados o consanguíneos, independientemente de su ubicación geográfica.

**7** Los sueños son una forma de comunicación entre el mundo espiritual y el mundo cotidiano. Definen formas de actuar, por ejemplo, para prevenir enfermedades o accidentes o para tener prosperidad en las cosechas (Simon, 2018).

**8** Hamacas grandes tejidas artesanalmente, usualmente amplias y coloridas. A los visitantes por lo general se reservan los más lujosos y en mejor estado.

## Vulnerabilidad y deterioro de las relaciones de solidaridad, cooperación y complementariedad durante la pandemia

Como se ha mencionado, la pandemia por la Covid-19, vigente a la fecha de la elaboración de este texto, ha intensificado la crisis alimentaria wayuu. Las políticas públicas de asistencia se quedaron cortas y carecieron de enfoque diferencial, uno que considerara las particularidades culturales y necesidades de este grupo étnico (Amaya Epiayú et al., 2020; Puerta Silva et al., 2020; Torres Muriel et al., 2020). Por ejemplo, el Ministerio de Hacienda y Crédito<sup>9</sup> creó el programa de ingreso solidario para hogares en situación de pobreza y vulnerabilidad y que no tuvieran subsidios en ese momento. Algunos wayuu denuncian que los subsidios solidarios anunciados al inicio de la pandemia llegaron tarde en ciertos casos, mientras que, en otros, nunca se recibieron o hubo obstáculos para ser clasificados como beneficiarios, a pesar de que existía la necesidad<sup>10</sup>.

Algunas personas notificadas como beneficiarias tuvieron limitaciones para el acceso a los subsidios pues se repartían a través de plataformas bancarias o debían desplazarse hasta las zonas urbanas, yendo en contra del aislamiento y requiriendo dinero adicional. En otros casos, las familias dependen exclusivamente de los subsidios en especie dirigidos a la infancia, las madres lactantes y la población adulta para garantizar la ingesta alimentaria diaria de todos los integrantes. En un primer momento estos subsidios fueron suspendidos, pero, además, el subsidio tiende a ser insuficiente y rara vez alcanza para todo el mes, pues es diseñado para alimentar a una persona, pero, de hecho, es repartido entre muchas más. Esta focalización individual de los subsidios en especie

<sup>9</sup> Decreto 417 de marzo del 2020 por el cual se declara el estado de emergencia económica, social, y ecológica en todo el territorio nacional; expide el decreto 518 de abril de 2020.

<sup>10</sup> Si bien aún no se cuenta con estudios que evalúen la eficacia de los programas estatales durante la pandemia, la percepción de los wayuu reproduce una representación del estado como ausente y una sensación de abandono que ha caracterizado las relaciones de los wayuu con los gobiernos nacionales y locales.

desconoce la lógica de la alimentación familiar wayuu, basada en compartir alimentos y la solidaridad en la parentela.

El cierre de los centros educativos por el confinamiento también afectó a las familias, pues los niños dejaron de acceder a la alimentación escolar, agregando una carga más a los hogares que dependen de esta política alimentaria. En general, por la ineficiencia estatal durante la pandemia, las familias wayuu debieron recurrir a las estrategias de afrontamiento basadas en la solidaridad y cooperación ya mencionadas en este artículo, incluyendo acudir a familiares, desplazarse a otros lugares en busca de sustento, entre otras.

Sin embargo, es paradójico que el momento en que estas prácticas eran imperativas para la supervivencia, las medidas de distanciamiento social afectaron directamente las posibilidades de potenciar las relaciones de solidaridad y cooperación que tradicionalmente se desarrollan en las visitas familiares, velorios, pago de dotes, *yanamas* y gracias a la movilidad en el territorio. Si bien son medidas para evitar el contagio de Covid-19, el aislamiento social puso en jaque estos valores relacionales. Los wayuu narran con resentimiento que las relaciones vecinales fueron afectadas, pues cuando se sabía de la infección de integrantes de una familia, las personas pasaban de largo y a distancia “mirando como si hubiese un *bicho*<sup>11</sup> raro”, como expresando asco (*alerajaa*), acción que se considera muy ofensiva. Otros narran cómo se encerraban en sus casas y preferían no visitar a los paisanos, limitando así uno de los momentos más importantes de intercambio de alimentos, una de las principales estrategias de afrontamiento del hambre.

No es el objetivo de este trabajo criticar el manejo que desde la salud pública se recomienda para prevenir los contagios de esta enfermedad, pero definitivamente esta medida impacta negativamente las relaciones de solidaridad que, para muchas familias, son la única alternativa para conseguir alimentos y garantizar su supervivencia.

<sup>11</sup> Expresión que alude a la sensación de que no encaja o de que es diferente y hay que evitarlo.



## Conclusiones

Este texto revisa para el caso de los wayuu, los factores históricos y actuales que han contribuido a sus crisis alimentarias y a las transformaciones de las relaciones de solidaridad, cooperación y complementariedad, las cuales son estrategias colectivas de afrontamiento del hambre. Estas estrategias se reproducen en la escala local a través de redes de apoyo entre familiares, vecinos y amigos, pero también a escala regional, nacional e internacional en el Caribe, entre Colombia y Venezuela, con otros pueblos indígenas vecinos y con otros actores. La relevancia de estas prácticas durante la pandemia frente a la insuficiencia de las ayudas estatales lleva a concluir que los wayuu cuentan con un sistema de afrontamiento autóctono que se activa en las crisis y que, de ser potenciado con las políticas adecuadas, podría traducirse en la configuración de un sistema alimentario sostenible y autónomo.

Sin embargo, las estrategias de afrontamiento autóctonas basadas en la solidaridad y cooperación requieren ser complementadas por el apoyo institucional dado el paulatino aumento de la vulnerabilidad. Ya que la política pública falla se reproduce el ciclo de pobreza, vulnerabilidad e inseguridad alimentaria, lo que afecta desde hace décadas a este y a otros grupos étnicos en América Latina.

El mantenimiento y la protección de la parentela extensa como estrategia de afrontamiento es un antídoto y un factor protector frente a la vulnerabilidad de las familias nucleares o mujeres solas responsables de sus hijos durante las diferentes crisis alimentarias. Sin embargo, dada la amplitud e intensificación de la vulnerabilidad, este sistema de afrontamiento es limitado, pues como se mencionó, han disminuido o desaparecido los medios de vida para la producción autóctona de alimentos para parte de la población wayuu. La intervención de la política pública y de la cooperación internacional no puede ser solo contingente y de emergencia. Este tipo de intervenciones deben basarse en un enfoque diferencial étnico, apuntando a factores estructurales que permitan construir sistemas autónomos y sostenibles a lo largo del tiempo.

La pandemia, y otras crisis, ponen a los wayuu de frente a una reflexión sobre los valores de su cultura e identidad, así como del pasado y presente de la alimentación y la necesidad de mantener activas las redes y prácticas de solidaridad, cooperación y complementariedad que superen las restricciones impuestas por las condiciones actuales. Solo con una profunda reflexión que se traduzca en acciones políticas y la movilización del pueblo wayuu, esta situación de crisis podría potenciar la construcción de su esquiwa soberanía alimentaria.

## REFERENCIAS

- Amaya Epiayú, Roberto Carlos, Dorado González, Alicia, Epiayú, Fátima, Frías Epiayú, Estefanía, Ipuana Guariyü, Álvaro, Puerta Silva, Claudia, Ramírez Boscán, Miguel, Romero Epiayú, Jakeline y Torres Muriel, Esteban. (2020). El Covid-19, una crisis sobre otra crisis en el Territorio Wayuu: “Si no nos mata el Coronavirus nos seguirá matando el hambre.” En: Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Acevedo Marín y Eriki Aleixo de Melo (Eds.), *Pandemia e território* (pp. 427–447). UEMA Edições/ PNCSA.
- Ardila Calderón, Gerardo. (1990). *La Guajira*. Bogotá: Fondo FEN Colombia - Universidad Nacional de Colombia.
- Bonet-Morón, Jaime y Hahn-de-Castro, Lucas Wilfried. (2017). La mortalidad infantil en La Guajira: Una caracterización estructural. *Documentos de Trabajo Sobre Economía Regional Del Banco de La República*, (255), 63. En: [http://www.banrep.gov.co/sites/default/files/publicaciones/archivos/dtser\\_255.pdf](http://www.banrep.gov.co/sites/default/files/publicaciones/archivos/dtser_255.pdf)
- Cámara de Comercio de La Guajira. (2015). *Informe Socioeconómico Departamento de La Guajira 2014*. Riohacha: Cámara de Comercio de la Guajira. En: <http://www.camaraguajira.org/publicaciones/informes/informe-socio-economico-la-guajira-2014.pdf>
- Colombia, Defensoría del Pueblo. (2014). *Crisis humanitaria en La Guajira 2014. Acción integral de la Defensoría del Pueblo en el departamento*. Bogotá, D.C.: Defensoría del Pueblo.
- Colombia, Defensoría del Pueblo. (2018). Infografía sobre el número de niños y niñas muertos por desnutrición entre 2012 y 2016.
- Colombia, Departamento Administrativo Nacional de Estadística. (2019). Pueblo

- Wayúu. Resultados del Censo Nacional de Población y Vivienda 2018. Bogotá.
- Comisión Determinantes Sociales de la Salud OMS. (2009). *Subsanar las desigualdades en una nación. Comisión sobre Determinantes de la Salud*. En: [http://www.who.int/social\\_determinants/thecommission/finalreport/es/](http://www.who.int/social_determinants/thecommission/finalreport/es/)
- Duchesne-Winter, Juan. (2016). *Hermosos invisibles que nos protegen* Antología wayuu. Bogotá: Ediciones Aurora.
- González Posso, Camilo y Barney, Johana. (2019). *El viento del este llega con revoluciones. Multinacionales y transición con energía eólica en territorio Wayúu*. Bogotá: Indepaz. En: [http://www.indepaz.org.co/wp-content/uploads/2019/04/EL-VIENTO-DEL-ESTE-LLEGA-CON-REVOLUCIONES\\_compressed\\_compressed-Leo.pdf](http://www.indepaz.org.co/wp-content/uploads/2019/04/EL-VIENTO-DEL-ESTE-LLEGA-CON-REVOLUCIONES_compressed_compressed-Leo.pdf)
- Guerra Curvelo, Weildler. (2007). Las comunidades indígenas de La Guajira ante el proyecto carbonífero de El Cerrejón, 1991. En: Aviva Chomsky, Garry M. Leech y Steve Striffler (Eds.), *Bajo el manto del carbón. Pueblos y multinacionales en las minas de El Cerrejón, Colombia* (pp. 51–57). Bogotá: Casa Editorial Pisando Callos.
- Guerra Curvelo, Weildler. (2002). *La disputa y la palabra. La ley en la sociedad wayuu*. Bogotá: Ministerio de Cultura.
- Guerra Curvelo, Weildler. (1990). *Apaalan-chi: una Visión de la Pesca entre los Wayuu*. Bogotá: Universidad Nacional y Fondo Fen, 163–189.
- Human Rights Watch. (2020, 13 de agosto). Colombia: Niños indígenas en riesgo de desnutrición y muerte. En: <https://www.hrw.org/es/news/2020/08/13/colombia-ninos-indigenas-en-riesgo-de-desnutricion-y-muerte> (consultado el 10-11-2020)
- Jusayú, Miguel Angel. (1986). *Achi'kí, relatos guajiros*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, Instituto de Investigaciones Históricas, Centro de Lenguas Indígenas.
- Paz Ipuana, Ramón. (1972). *Mitos Leyendas y Cuentos Guajiros*. Caracas: Instituto Agrario Nacional.
- Perrin, Michel. (1992). *El camino de los indios muertos. Mitos y símbolos guajiros*. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana.
- Puerta Silva, Claudia. (2020a). La crisis venezolana y la crisis alimentaria wayuu en Colombia. *Estudios Políticos*, 57, 92–114. <https://doi.org/10.17533/udea.espo.n57a05>
- Puerta Silva, Claudia. (2020b). La reproduction socio-ethnique Wayuu. Les transitions de l'autonomie relative à la dépendance. *Recherches Amérindiennes Au Québec*, L(1), 41–56.
- Puerta Silva, Claudia. (2013). *Stratégies et politiques de reconnaissance et d'identité. Les Indiens wayuu et le projet minier du Cerrejón en Colombie*. Bruxelles: P.I.E. Peter Lang.

- Puerta Silva, Claudia, Torres Muriel, Esteban Amaya Epiayú, Roberto Carlos, Dorado González, Alicia, Epiayú, Fátima, Frías Epiayú, Estefanía, Ipuana Guariyü, Álvaro, Romero Epiayú, Jakeline. (2020). "If the coronavirus doesn't kill us, hunger will". Regional absenteeism and the Wayuu permanent humanitarian crisis. *Regions & Cohesion*, 10(3), 140–155. <https://doi.org/10.3167/reco.2020.100312>
- Puerta Silva, Claudia, Restrepo, Natalia, Ospina, Viviana, Torres Muriel, Esteban y Ciro, Sharon. (2018). *Informe antropológico. Proyecto solidario de investigación aplicada Media Luna, La Guajira*. Medellín: Universidad de Antioquia y Autoridades Tradicionales de Media Luna.
- Salser, Benson. (1988). Los Wayú (Guajiro). In Walter. Coppens (Ed.), *Los aborígenes de Venezuela* (Vol. Volumen II, pp. 25–145). Caracas: Fundación la Salle de Ciencias Naturales, Instituto Caribe de Antropología y Sociología. En: [http://flasa.msinfo.info/portal/bases/biblio/texto/aborigenes\\_venezuela\\_Vol\\_3\\_m35.pdf](http://flasa.msinfo.info/portal/bases/biblio/texto/aborigenes_venezuela_Vol_3_m35.pdf)
- Simon, Lionel. (2018). L'« à-venir » au regard de l'« en-cours ». *Anthropologie et Sociétés*, 42(2–3), 229–246. <https://doi.org/10.7202/1052644ar>
- Sintracarbón y Fundación Rosa Luxemburg. (2018). *Carbón tóxico: daños y riesgos a la salud de los trabajadores mineros y población expuesta al carbón. Evidencias científicas para Colombia*. Bogotá: Sintracarbón y Fundación Rosa Luxemburg.
- Torres Muriel, Esteban. (2018). *Asistencialismo por parte del sector público y privado en la comunidad Wayúu en el departamento de la Guajira*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana.
- Torres Muriel, Esteban, Puerta Silva, Claudia, Frías Epiayú, Estefanía, Dorado González, Alicia, Ipuana Guariyü, Álvaro, Amaya Epiayú, Roberto y Epiayú, Fátima. (2020). Innovación en las estrategias autóctonas de afrontamiento del pueblo wayuu en tiempos de políticas públicas alimentarias ineficientes. En: Eduardo de Lima Caldas, Sternadt Dulclair y Yuri Marcela Ocampo Buitrago (Eds.), *Comida y comunidad: innovación socioterritorial e acción pública para a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional* (1st ed., pp. 36–50). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso.
- Ulloa, Astrid. (2020). The rights of the Wayúu people and water in the context of mining in La Guajira, Colombia: demands of relational water justice. *Human Geography*, 13(1), 6–15. <https://doi.org/10.1177/1942778620910894>
- Venezuela, Instituto Nacional de Estadística. (2011). *Censo Nacional de población y vivienda*. Caracas. En: [http://www.minpi.gob.ve/assets/pdf/Libro Censo Nacional Indigena Final.pdf](http://www.minpi.gob.ve/assets/pdf/Libro_Censo_Nacional_Indigena_Final.pdf)
- Vergara González, Otto. (1990). Los wayuu: hombres del desierto. En: Gerardo Ardila C. (Ed.), *La Guajira* (pp. 139–161). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.



Boletín del Grupo Especial FAO / CLACSO  
**Innovación en políticas públicas de seguridad alimentaria y nutricional**

Número 2 · Diciembre 2021